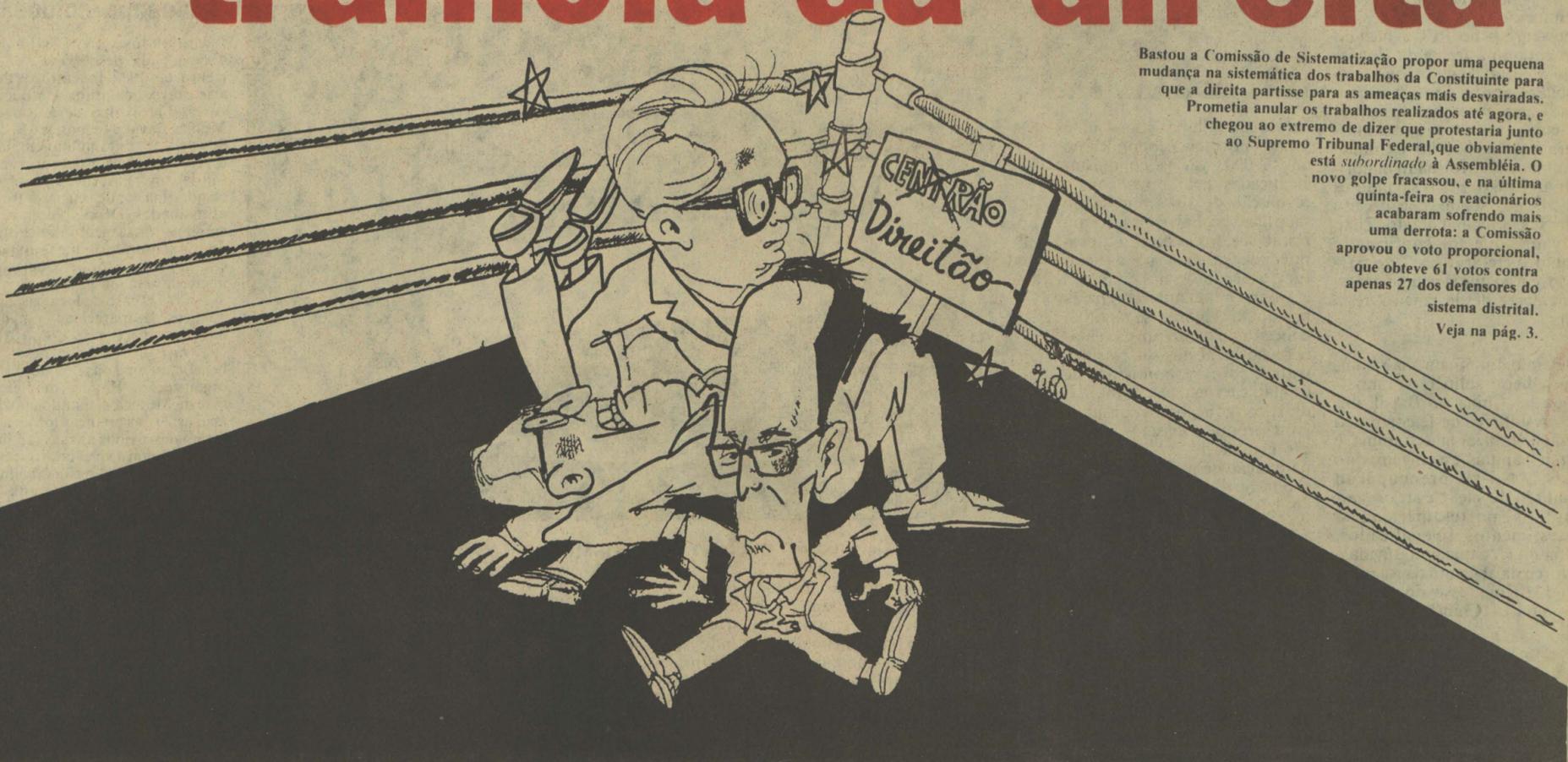


CONSTITUINTE:

Fracassa mais uma tramóia da direita

Bastou a Comissão de Sistematização propor uma pequena mudança na sistemática dos trabalhos da Constituinte para que a direita partisse para as ameaças mais desvairadas. Prometia anular os trabalhos realizados até agora, e chegou ao extremo de dizer que protestaria junto ao Supremo Tribunal Federal, que obviamente está subordinado à Assembléia. O novo golpe fracassou, e na última quinta-feira os reacionários acabaram sofrendo mais uma derrota: a Comissão aprovou o voto proporcional, que obteve 61 votos contra apenas 27 dos defensores do sistema distrital. Veja na pág. 3.



EDITORIAL

O "direitão"

Alguns políticos, torcendo a verdade, pretendem apresentar a Constituinte dilacerada por uma disputa infernal entre direita e esquerda. Logo tiveram uma resposta meio desafortada - mas de certa forma apropriada à ocasião - de um deputado farto de tantas trapaças: "A divisão aqui é entre os que honram seus compromissos e os que não têm vergonha na cara!"

De fato, o segmento mais reacionário e antidemocrático, na medida em que vê suas pretensões de forjar uma Carta Magna abertamente a serviço do capital estrangeiro e das correntes mais conservadoras da sociedade frustradas, revela um mau caráter revoltante.

A Constituinte, na verdade, divide-se em dois grandes polos: uma ala democrática e progressista, que envolve diferentes correntes de pensamento, inclusive expressivos políticos com posições de centro; e uma outra ala, partidária do autoritarismo, que sente-se incomodada mesmo com as limitadas conquistas de interesse popular na elaboração da Carta.

Entre os democratas, estão evidentemente os setores de esquerda. Em particular os comunistas, que se apresentam nitidamente, com uma bancada de cinco membros do Partido Comunista do Brasil. Mas a esquerda compreende muito bem que na batalha da Constituinte, o que está em pauta não é propriamente a revolução e sim objetivos parciais, de enorme importância para a luta do povo. Por isto, embora tenha como programa o socialismo, de imediato propõe a todos os democratas uma frente única em torno de uma Constituinte moderna, adequada aos reclamos da imensa maioria dos brasileiros na situação em que vive o país.

Todo lutador pelo progresso percebe claramente que, pela intransigência desatinada das classes dominantes, qualquer conquista, por menor que seja, exige a acumulação de muitas forças. Por isto, para a concretização

da frente única, as forças populares estão dispostas a discutir com atenção os pontos de vista de todos os brasileiros honestos, e abrir mão de divergências menores, para facilitar a unidade.

Enquanto isto, do outro lado, a direita tenta se esconder e ocultar seus verdadeiros propósitos. Assim, quer negar na Constituinte direitos elementares dos trabalhadores, como a redução da jornada de trabalho, o direito de greve, etc, mas diz que "representa a maioria". Quer cinco anos para Sarney e quer perpetuar o sistema ditatorial através do presidencialismo, mas se declara democrática. E, para enganar os incautos, apresenta-se na Constituinte com a fachada de "centrão". O disfarce é tão mal feito que na hora de entrar em cena, os protagonistas aparecem abraçados com Delfim Netto, Roberto Cardoso Alves, Carlos Sant'Anna, Ricardo Fiuza, Afif Domingos e outros conhecidos direitos.

Para culminar, este "direitão" - este é nome apropriado - pretende simplesmente rasgar as regras estabelecidas para funcionamento da Constituinte, apagar tudo que foi realizado até agora e arranjar um artifício qualquer para impor suas teses reacionárias. Na última quarta-feira, aprontaram-se para provocar um confronto que servisse como pretexto para tumultuar a Constituinte. O adiamento das reuniões do plenário juntamente com a aceleração das votações na Comissão de Sistematização desarmou o golpe. Entretanto, não resolveu o problema. Novas trapaças estão sendo produzidas nos laboratórios do Planalto. O povo e os constituintes democratas devem manter a maior vigilância.

Para completar a fraude, o "direitão" chama seu plano de "projeto Brasil". O general Médici já tinha inventado coisa semelhante com o slogan: "Brasil, ame-o ou deixe-o". Se eles fossem cumprir a ordem, provavelmente o último a sair esqueceria até de apagar a luz.

Atenção na Constituinte: as diretas podem passar

Veja os cálculos que a coordenação da campanha fez na última quarta-feira. Pág. 3

PCdoB ganha força em todo o país

Os resultados surpreendentes da campanha de filiação, na pág. 3



Preço alto do aluguel incentiva as invasões

Os inquilinos estão de novo sob ameaça da denúncia vazia

A nova lei do inquilinato do governo é um grande retrocesso. Leia na pág. 4



Reflexos da Revolução Russa em nosso país

Em 1917, na Rússia, os operários tomavam o poder e criavam uma sociedade sem exploradores. O exemplo inspirou a fundação do PCdoB, em 1922. Já em 1987, na URSS as comemorações do 70º aniversário da revolução tiveram o amargo sabor da traição: Gorbachev elogiou o lucro e criticou o continuador de Lênin na construção do socialismo - Stálin. Págs. 5 e 2

CDM
Bancários baianos derrotam o anticomunismo no pleito sindical
Fundação Maurício Grabois
Com 1.272 votos de vantagem, Cláudio venceu as eleições e desmoraliza os imobilistas. Pág. 6

CHINA

Mais um passo à direita no PCC

O Partido Comunista Chinês (PCC) encerrou dia 1º de novembro o seu 13º Congresso, onde foi eleito um novo Comitê Central com 175 membros. O grande vitorioso deste congresso foi Deng Xiao Ping, que conseguiu alijar do Comitê Permanente do Politburo (o órgão máximo executivo do PCC) os homens que não eram fiéis à suas orientações. Mesmo sem ter cargos no partido, Deng é o homem forte do país e deverá ampliar a abertura da economia chinesa ao capital estrangeiro e à reforma interna, política que já vem sendo implantada por ele desde 1977.

No complicado jogo político chinês, Deng Xiao Ping fez uma manobra astuta. Ele renunciou a quase todos os seus cargos no PCC - ficando no entanto à frente da Comissão Central Militar, que controla as Forças Armadas - com isso outros veteranos dirigentes não ligados a seu grupo se afastaram também. O novo Comitê Permanente é formado majoritariamente por fiéis seguidores de Deng, sendo encabeçado por seu principal aliado, Zhao Ziyang, que foi confirmado como secretário-geral do partido, cargo que já ocupava interinamente desde janeiro deste ano.

Para o diplomata Xiao Sijin, conselheiro político da Embaixada da China no Brasil, um dos resultados deste congresso será liberalizar a economia e atrair capitais estrangeiros ao país. "Nossa preocupação maior" - diz ele - "é atrair mais capitais norte-americanos, investimentos diversificados, tecnologia, e que sem dúvida o reforço da abertura conseguido no 13º Congresso do Partido Comunista Chinês deve facilitar".

A reforma econômica preconizada por Deng ficou conhecida como as "quatro modernizações": agricultura, indústria, ciência e tecnologia. Para alcançar estes objetivos, que segundo seus autores deverão



Multinacionais penetram na China (desde a Coca até fábricas de carros) sob a orientação de Deng (foto menor)

colocar a China como uma grande potência econômica no ano 2.000, várias conquistas alcançadas pelo povo com a revolução de 1949 vem sendo sacrificadas. Entre eles, foram restabelecidos o direito à propriedade privada na agricultura; a produção nas empresas e empreendimentos familiares passam a vigorar segundo o conceito do lucro; fim da remuneração igual nos salários dos trabalhadores; admissão de capitais e tecnologia estrangeira; drástica redução dos subsídios para produtos básicos; extinção gradual do controle estatal na fixação de preços e cotas de produção.

Deng Xiao Ping já sofreu várias quedas em sua caminhada política, mas teve fôlego para afastar seus desafetos e se tornar o homem mais poderoso da China. Em 1966 - durante a chamada revolução cultural - foi obrigado a desfilhar fantasiado de asno pelas ruas e ficou exilado no interior durante três anos devido a suas posições políticas. Ele costuma dizer que "não importa a cor do gato, desde que ele caça ratos", numa alusão à visão de que

vale mesmo são os lucros.

Apesar de seus dirigentes dizerem que a economia chinesa é socialista e que estas reformas não levarão a uma "restauração do capitalismo" na verdade o socialismo nunca chegou a ser aplicado na China. As declarações de seus principais líderes mostram que sob o verniz do palavreado socialista existe arraigada nelas a ideologia capitalista que tem em pôr em prática.

ANTI-MARXISMO

No final de 1984 o "Diário do Povo", porta-voz do PCC, publicou um editorial - segundo a imprensa escrita pelo próprio Deng Xiao Ping - em que considerava a filosofia marxista obsoleta e incompatível com a modernização do país: "Algumas das idéias de Marx há muito tempo não se amoldam à situação de hoje, porque Marx nunca conheceu

esses tempos, assim como Friedrich Engels e Vladimir Ilych Lênin".

Mais adiante o artigo expõe: "Se continuarmos a empregar determinados princípios marxistas, nosso desenvolvimento histórico certamente será dificultado". E conclui: "Não podemos usar as obras marxistas e leninistas para solucionar nossos problemas atuais. É esta visão que predomina na China de hoje".

URSS

A revolução traída por Gorbachev

Ataques a Stálin e elogios à lei maior do capitalismo, o lucro. Foi a comemoração melancólica do 70º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, patrocinada por Mikhail Gorbachev. Na abertura das comemorações do aniversário da Revolução Russa, Gorbachev lançou um livro e fez um discurso de defesa das reformas capitalistas na URSS mostrando para onde a traição revisionista levou o país que já serviu de guia para os operários de todo o mundo na construção de uma sociedade livre da opressão e exploração.

"Perestroika, novas idéias para o meu país e o mundo", o livro de Gorbachev, foi escrito a pedido de um editor norte-americano. Uma das revistas mais reacionárias e anticomunistas do nosso país, a "Veja", publicou uma resenha do livro e o classificou como "o documento mais importante que já saiu da URSS desde 1970, quando Nikita Kruchev permitiu que suas 'Memórias' fossem contrabandeadas para o Ocidente".

E o que escreve o chefe do Kremlin? Coisas deste tipo: "As empresas devem estar em condições de estimular a concorrência em favor das exigências do consumidor, e seus funcionários têm de depender rigorosamente dos resultados da produção, ou seja, dos lucros"! Longe os tempos em que a URSS se pautava por esta outra orientação: "assegurar a satisfação máxima das necessidades materiais e culturais, sempre crescentes, de toda a sociedade, mediante o desenvolvimento e o aperfeiçoamento ininterruptos da produção socialista à base da técnica mais elevada". Esta segunda citação, de 1952, pertence a um outro dirigente russo, Stálin.

PEQUENA PRODUÇÃO

O mesmo Stálin que, no dis-

curso de abertura das comemorações do 70º aniversário da revolução, foi atacado por Gorbachev que lhe atribuiu "verdadeiros crimes e ações ilegais indesculpáveis"... O atual líder dos revisionistas segue, assim, a linha de seu mentor maior, Nikita Kruchev que, em 1956, enlameou o nome de Stálin.

Assim como Kruchev, Gorbachev nada apresenta que comprove suas acusações contra o continuador da obra de Lênin à frente do Estado Socialista. E, assim como Kruchev, também tenta esconder suas idéias de defesa do lucro - ou seja, a via capitalista - como o caminho que era preconizado por Lênin para a construção do socialismo na Rússia. Mas, vejamos as idéias de Gorbachev: "Muitas coisas soam estranhas atualmente em nosso país: eleição dos diretores nas empresas e escritórios, joint-ventures com firmas estrangeiras, fábricas e fazendas estatais e coletivas autofinanciadas,

incentivo à iniciativa individual na produção e comércio em pequena escala e o fechamento de fábricas que operavam com prejuízos. (...) Tudo isso é natural e necessário, embora muitas dessas coisas não sejam compreendidas de imediato pelo público em geral e por membros do partido".

Coisa diametralmente oposta às idéias de Lênin, para quem a pequena produção privada (o "incentivo à iniciativa individual na produção e o comércio em pequena escala", de que fala Gorbachev) "engendra o capitalismo e a burguesia constantemente, em cada dia, em cada hora, de modo espontâneo e em largas proporções".

(Carlos Pompe)



Em seu livro, Gorbachev faz a defesa do lucro como o fator de mobilização dos operários... no socialismo!

Princípios



Um artigo de João Amazonas sobre a revolução socialista de 1917. O significado da "glasnost" de Gorbachev, por Luís Fernandes. Esses e outros assuntos estão na revista "Princípios" nº 14. A revista pode ser adquirida através de pedidos à Editora Anita Garibaldi, rua Bororós, 51, 3º andar, CEP 01320, São Paulo, SP, com o envio de cheque nominal no valor da compra. "Princípios" pode ser adquirida ao preço de Cz\$ 180,00 o exemplar.

Tribuna Operária

Semanário Nacional

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Anual (52 edições) □ Cz\$ 1.560,00
Anual popular (52 edições) □ Cz\$ 780,00
Semestral (26 edições) □ Cz\$ 780,00
Semestral popular (26 edições) □ Cz\$ 390,00
Anual para o exterior (em dólares) □ Us\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi, Ltda. Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - S. Paulo CEP 01318

CEP:
CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Terror no Haiti

A sede do Conselho Eleitoral Provisório (CEP) do Haiti foi incendiada, dia 3, depois que o órgão cassou a candidatura de 12 postulantes à presidência do país. Dos 12, quatro foram ministros durante a ditadura de Duvalier - que governou o país por 30 anos. A loja de propriedade de Emanuel Ambroise, um dos membros do CEP, também foi incendiada. O escritório do candidato a presidente pelo PDC, Sylvio Claude, foi metralhado. A lei eleitoral proíbe a candidatura de qualquer cidadão que tenha colaborado com o governo sangüinário de Duvalier, e o CEP cumpriu a lei. Pediu proteção do governo, mas o governo fez vista grossa e possibilitou a revanche dos antigos serviços da ditadura. O Haiti vai às urnas no próximo dia 29, nas primeiras eleições presidenciais em 30 anos. Dois candidatos à presidência já foram assassinados por elementos ligados ao antigo ditador.

Filha de desaparecidos

Maria José Lavalle Lemos, desaparecida desde o seu nascimento, em 1977, foi entregue dia 4 a seus avós maternos, em Buenos Aires. Ela é filha de Gustavo e Mônica Lavalle Lemos, seqüestrados pela ditadura militar em julho de 1977. Mônica estava grávida, e Maria José nasceu numa prisão clandestina, onde seus pais foram assassinados. Depois a criança foi entregue à sargento de Polícia Teresa Gonzáles, que passou a criá-la até que foi descoberta, no início da semana passada.

Foi o 43º caso de localização de crianças desaparecidas com base nas investigações do grupo Avós da Praça de Maio, e desta vez beneficiou uma das fundadoras da organização, Haydée de Lemos, mãe de Mônica. Segundo Haydée, apenas 20 das crianças localizadas foram devolvidas às suas famílias; 12 continuam a viver com os casais que as adotavam - e não sabiam do que se tratava -; cinco já estavam mortas e seis têm processos judiciais em andamento.

Greve na Argentina

"Esta foi a greve mais efetiva de toda a história do sindicalismo argentino. O povo diz 'não' à política econômica do governo, que está levando os argentinos à fome, à miséria e ao desemprego". Assim analisou o sucesso da paralisação, ocorrida dia 4, o secretário-geral da CGT argentina, Saul Ubaldini. A adesão à nona greve geral contra a política econômica de Alfonsín foi calculada em mais de 90%. Cerca de 20 mil pessoas participaram do ato público em frente à Casa Rosada, sede do governo, na tarde de 4 de novembro.

Finanças do Vaticano

Católicos, preparem seus bolsos! É que o Conselho de Cardeais que estuda os problemas financeiros do Vaticano - que está com déficit há oito anos - se reuniu para estudar uma maneira de aumentar as arrecadações para a Santa Sé. Na última reunião deste tipo, em março deste ano, os cardeais conclamaram os 900 milhões de católicos do mundo a aumentar suas contribuições ao Vaticano. Desde 1982, quando houve o escândalo envolvendo o Banco do Vaticano na falência fraudulenta do Banco Ambrosiano, começou a diminuir os donativos que os fiéis fazem à Santa Sé.

Errata

Na edição passada, no artigo "A revolução exige um partido diferente", publicada na página 5, por erro gráfico foi publicado texto criticando a "conduta oportunista e revisionista dos partidos da III Internacional (social democratas)". Evidentemente, aí trata-se da II e não da III Internacional. Já na página 2, citamos o fato da Albânia ter reatado relações com a Grécia, no artigo "Relações com Alemanha". Na verdade, a Grécia pôs fim ao "estado de guerra", que mantinha com a Albânia desde a II Guerra Mundial - os países já estavam com relações diplomáticas normalizadas.

Leia e Assine

Tribuna Operária

CONSTITUINTE

A direita conspira mas perde de novo...

Um acordo de lideranças acabou frustrando, no último dia 4, um plano que vinha sendo articulado pelos setores mais reacionários da Constituinte, por uma frente de entidades patronais e pela maior parte da grande imprensa para anular as decisões adotadas pela Comissão de Sistematização e se possível colocar a própria Assembléia diante de um impasse.

Uma grave ameaça paira sobre a Assembléia Nacional Constituinte. Alguns constituintes, de variadas siglas e tendências, começam a se articular para forçar uma alteração no Regimento Interno da Assembléia com o objetivo de abrir uma brecha para a apresentação de substitutivos globais ou parciais ao Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização. Com isso, o núcleo central dessa articulação pretende lutar pela aprovação em plenário de uma Constituição que atenda aos interesses dos grandes grupos econômicos e do Palácio do Planalto.

Na verdade, essa articulação, auto-denominada de "Centrão", tem objetivo muito definido. O que eles pretendem, é se insurgir contra os pequenos avanços até agora obtidos pela Comissão de Sistematização, principalmente em relação aos direitos sociais,

às garantias e liberdades democráticas e individuais e ao parlamentarismo. Além disso, pretendem derrubar o Capítulo da Ordem Econômica do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral para impor um texto ainda mais entreguista e pró-latifundiário. É importante salientar que essas questões contra as quais se insurge a cúpula do chamado "Centrão" representaram pequenos avanços conquistados às duras penas nas votações da Comissão de Sistematização. Não são propostas radicais ou esquerdistas, mas sim tímidas conquistas sociais.

A estabilidade no emprego, por exemplo, foi derrotada e substituída pela proteção contra as demissões imotivadas. O pagamento de horas extras em dobro e a estabilidade de 120 dias para as gestantes são vitórias parciais e singelas. Mesmo assim, a cúpula dessa articulação se mobiliza para tentar derrotá-las numa demonstração de sua irracionalidade.

Para que se compreenda com nitidez o caráter dessa articulação é preciso que se analise a exata composição dessa difusa articulação. Na verdade, ela está ganhando certa amplitude, procurando envolver de todas as maneiras

possíveis setores moderados e centristas com argumentos falsos e demagógicos, como o de que existem constituintes de primeira classe - os membros da Sistematização - e de segunda classe - os demais e, com esse disfarce, buscam angariar apoios para seus objetivos escusos. No entanto é preciso deixar claro que o núcleo básico dessa articulação é integrado pelos setores mais reacionários e de direita do Congresso Nacional, como os deputados Roberto Cardoso Alves, Ricardo Fiúza, Expedido Machado, Carlos Sant'Anna, Luiz Eduardo e José

Laurenço, entre outros, que obedecem à voz de comando da extrema direita incrustada no governo, principalmente o ministro Antonio Carlos Magalhães, o Consultor-Geral da República, Saulo Ramos e o recém-empossado ministro Prisco Vianna.

Trata-se, portanto, de um grupo heterogêneo, onde uma minoria de extrema-direita procura iludir e ludibriar setores de centro. Na semana passada, quando a grande imprensa divulgou uma lista dos integrantes do chamado "Centrão", diversos constituintes desautorizaram publicamente

a utilização de seus nomes nessa articulação dizendo que suas assinaturas foram indevidamente utilizadas. Na verdade, alguns deputados assinaram pedidos para a votação de destaques, coisa normal no Congresso, e tiveram seus nomes arrolados pela articulação golpista.

Pelo menos por enquanto, os golpistas foram derrotados. O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, decidiu suspender o início das votações em plenário, para evitar que essa articulação tivesse qualquer mecanismo para questionar a

Assembléia, e acelerar os trabalhos da Comissão de Sistematização, que passa a se reunir todos os dias da semana de modo a que consiga concluir as votações até o próximo dia 17 de novembro.

De qualquer maneira, a ameaça ainda existe e precisa ser energeticamente combatida pelo movimento popular e democrático. Essa tentativa de golpe contra a constituinte poderá gerar uma crise de graves proporções, na medida em que o povo não irá aceitar passivamente a anulação das conquistas já obtidas. (Moacyr de Oliveira Filho.)



A Sistematização enfrenta as pressões e aprova o parlamentarismo. Agora a direita trama para impedir que esta cena se repita

...e as diretas ganham força

Na última reunião da Coordenação Nacional da campanha por diretas para presidente em 88, o líder do PCdoB, Haroldo Lima, e o deputado Fernando Lyra (do Movimento de Unidade Progressista do PMDB) fizeram um cálculo que pode ser considerado um dos maiores sinais da desagregação acelerada a que está submetido o esquema de sustentação do presidente Sarney.

Depois de relacionarem um a um os membros da Comissão de Sistematização, os dois passaram a separá-los em três blo-

cos: um com os constituintes que tendem a votar a favor das diretas em 88, outro com os que estão defendendo um mandato de cinco anos para Sarney e um terceiro com o nome dos que ainda não se posicionaram.

Terminado o cômputo, surgiu um resultado que há algumas semanas poucos teriam sido capazes de prever: 44 a favor das eleições em 88, 31 contra e 18 indefinidos. Como são necessários 47 votos para alterar o Relatório Cabral, que prevê 5 anos de mandato, faltariam o apoio de precisamente

três constituintes para aprovar também as diretas na Sistematização.

A realidade que a conta de Haroldo e Fernando Lyra revelou não é nada mais que a consequência do movimento em favor do mandato de 4 anos que foi realizado por vários grupos políticos após a desastrosa reforma ministerial do presidente: já no dia 29, o senador José Richa, que chegou a ser um dos mais firmes adversários das diretas em 88, passou a dar seu apoio à tese; um dia

depois posição idêntica foi assumida pelo senador Marco Maciel, presidente do PFL, e por uma série de líderes nacionais e regionais de seu partido; e no dia 4 surgiram sintomas fortes de que até mesmo os governadores Orestes Quércia, Newton Cardoso e Moreira Franco, que sustentaram Sarney em situações difíceis, estão abandonando o barço dos 5 anos.

O líder do PCdoB, no entanto, é incisivo quando condena qualquer tendência ao

ufanismo. Ouvindo pela **Tribuna Operária**, ele fez questão de destacar as últimas decisões da Coordenação Nacional da campanha da diretas, que decidiu organizar caravanas a Brasília e em todos os estados para acompanhar a definição do mandato de Sarney pela Comissão de Sistematização, marcada para os próximos dias 14 e 15 depois das últimas alterações no calendário dos trabalhos da Assembléia.

A ampliação rápida do apoio às diretas entre os constituintes comprova uma tese que

a **Tribuna** defendeu em sua última edição: o enfraquecimento do poder de intervenção do Planalto sobre a Assembléia pode abrir um espaço real para o avanço das forças populares. Mas este espaço só será ocupado efetivamente se os brasileiros preocupados com a transformação do país tiverem disposição e capacidade para colocar em movimento amplos contingentes populares. Fora disso, os avanços serão inevitavelmente tímidos e limitados, e estarão sujeitos em todos os momentos à ação desestabilizadora dos mais reacionários.

SINAL DOS TEMPOS

PCdoB filia milhares em poucas semanas

Quem estiver interessado em compreender a situação política do país em todos os seus aspectos não pode deixar de atentar para um fato significativo: sob o slogan "O Brasil tem saída" o PCdoB vem alcançando apoio popular surpreendente à campanha que promove para conseguir novas filiações e obter seu registro definitivo.

Quando a direção do PCdoB lançou, há poucas semanas, uma campanha nacional de filiação, ela por certo tinha em vista objetivos mais amplos do que simplesmente superar os obstáculos impostos pela legislação eleitoral e conseguir o registro definitivo do partido.

Os dirigentes comunistas calculavam que um movimento desse tipo acabaria colocando milhares de trabalhadores em contato com as idéias do partido e conquistaria a adesão de muitos deles. Mas provavelmente nem mesmo entre esses dirigentes havia quem fosse capaz de prever um grau de apoio a estas idéias tão grande quanto o que tem se verificado nas primeiras semanas da campanha.

A campanha deslança onde os militantes discutem a crise

"As condições exigidas para o registro definitivo são no mínimo draconianas", considera Dyneas Aguiar, da Executiva Nacional do PCdoB. A realidade lhe dá razão. A Lei Orgânica dos Partidos Políticos, ainda em vigor, obriga qualquer partido que queira desfrutar de vida legal a organizar diretórios municipais em 20% dos municípios de pelo menos 9 estados. Instalar cada um desses diretórios é tarefa hercúlea. É preciso filiar uma porcentagem do total de eleitores que chega a atingir 2% em

alguns casos - o que corresponde a mais de 20 mil filiações num município como São Paulo.

Ainda pior. A lei chega ao requinte de determinar uma data-limite para estas filiações. Elas se encerram impreterivelmente no dia 12 de janeiro. Em poucas palavras, tudo isso equivale a dizer que ao iniciar-se a campanha os militantes do PCdoB estavam colocados diante do enorme desafio de conseguir um número expressivo de filiações no curto prazo de menos de 100 dias. As consequências no caso de fracasso são terríveis, entre elas a impossibilidade de participar das próximas eleições.

O partido precisava encarar o desafio, mas soube perceber que só teria chances de vitória se a luta pelas filiações pudesse se transformar num grande esforço para mostrar a amplas parcelas da população que há saídas para a crise que aflige o Brasil, e que os comunistas são precisamente a força política capaz de indicar estas saídas.

"A campanha terá êxito onde os militantes tiverem ousadia de organizar comitês pelas diretas 88; onde eles se colocarem à frente das ações contra a queda brusca do nível de vida, e em especial onde forem identificados como os defensores de mudanças profundas nas estruturas do país e da construção de uma nova sociedade em que os trabalhadores tenham

direito a uma vida digna", prossegue Dyneas.

Em Brasília, o partido iniciou a campanha no diapasão indicado por ele. O Diretório Regional programou os "Domingos Vermelhos", uma ambiciosa iniciativa cujo objetivo é realizar filiações em grande número nas cidades-satélites que concentram a massa dos trabalhadores de baixa renda do Distrito Federal. O primeiro dos "Domingos Vermelhos", realizado no último dia 1º, mobilizou cerca de 40 militantes, que durante todo o período da manhã percorreram de porta em porta as ruas do Núcleo Bandeirantes para discutir política com os moradores.

Em Brasília, 100 filiações em uma manhã

"Tanto a receptividade quanto os resultados concretos

foram surpreendentes", considera Carlos Olímpio Carvalho, membro da executiva regional do PCdoB. Ele relata que os militantes se apresentavam em cada casa pedindo apoio à existência legal do partido, através da filiação, e acrescentando que era necessário impedir que uma agremiação que se opõe resolutamente ao governo Sarney seja proibida de participar das eleições.

"Um contingente impressionante sensibilizou-se diante desse argumento decisivo", diz Carlos Olímpio, e sua afirmação tem plena sustentação nos fatos. Em apenas 3 horas e meia foram feitas 100 filiações, 55% do número exigido pela lei. Nos dias seguintes este número foi atingido, e o Diretório Regional do Distrito Federal acredita que será capaz de completar sua cota de filiações bem antes do prazo legal.

No Rio de Janeiro, o Diretório

Regional lançou mão com inteligência do prestígio popular de dois líderes de massa comunista: os deputados Edmilson Valentim e Jandira Feghali. Também no dia 1º os dois comandaram pessoalmente o início da campanha de filiação no Estado, marcado por um ato público e visitas de casa em casa na zona eleitoral de Jacarepaguá, a maior do país. Edmilson e Jandira também declararam-se impressionados com o grau de descontentamento popular e com a facilidade de obter a adesão do povo. Só em Jacarepaguá cerca de 50 militantes fizeram mais de 300 filiações num só dia, e o desabafo de um dos novos filiados é talvez um retrato da ansia com que parcelas ponderáveis da população procuram saídas efetivas para os problemas do país: "Todo mundo, no fundo, é comunista. O que é preciso é levantar a voz", disse ele.

O partido organiza seminários, para conhecer Pernambuco

Já em Pernambuco, o partido lançou mão de um instrumento original para auxiliar a campanha: está promovendo seminários nas principais cidades do interior, onde dirigentes comunistas debatem durante um dia com lideranças populares tanto temas da conjuntura nacional quanto propostas para os problemas políticos e econômicos regionais. Estes seminários têm contribuído muito para que os comunistas conheçam com maior precisão a realidade de todo o estado. Por sua importância política e eleitoral, o estado de S. Paulo atrai atenções especiais. A campanha começou com uma reunião com dirigentes de dire-

tórios municipais e distritais, no dia 25 de novembro. Nessa reunião, a direção regional destacou a necessidade de organizar minuciosamente a campanha em cada área, levando em consideração suas particularidades.

Em alguns locais os resultados surgiram rapidamente. Na cidade industrial de Jacaré, no Vale do Paraíba, o partido ocupou amplo espaço nos jornais ao lançar a campanha de filiação em um ato que reuniu conhecidas lideranças populares.

Prioridade total para concentrações operárias

Dyneas Aguiar, membro da Executiva Nacional, não esconde um certo entusiasmo diante dos primeiros resultados. Ele explica que com a campanha o partido aproveita uma situação favorável para estreitar seus laços com um contingente popular considerável.

Mas não é só. "No nosso partido - diz ele - a filiação não tem dimensão apenas numérica. A campanha é planejada escrupulosamente em cada organismo de base, e os militantes sabem que é preciso realizar um esforço especial para fazer chegar as idéias e a organização comunista nos locais de luta popular e de debate de idéias mais intenso, principalmente nas grandes concentrações operárias". E conclui, com olhos num futuro não muito distante: "Se atuarmos com inteligência, a filiação será um instrumento poderoso para que os comunistas influenciem mais ativamente num momento político que se torna cada vez mais importante e decisivo". (Antônio Martins)

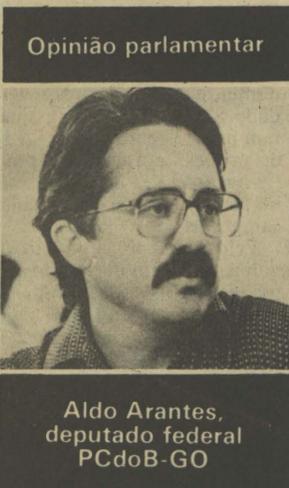


Uma derrota da direita

A aprovação do parlamentarismo como novo sistema de governo a ser adotado no país foi a mais importante decisão tomada até agora pela Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte. Não só pelo seu conteúdo, de caráter moderno e progressista, rompendo com o autoritarismo imperial e com o militarismo que domina nossa história republicana, mas também pelas condições em que se deu a votação.

Essa foi, sem dúvida, a batalha mais importante travada na Constituinte e reuniu, de um lado, todos os setores conservadores e de direita, capitaneados pelo próprio presidente José Sarney, o líder máximo dessa ala no Brasil, pelo truculento ministro Antônio Carlos Magalhães, pelos chefes militares e pelo desastrado consultor-geral da República, Saulo Ramos. Do outro, estavam parlamentaristas de diversas tendências e partidos. Não bastassem as pressões do Planalto e as ameaças dos militares, que levaram o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, a afirmar num comento discursivo que os parlamentaristas deviam desprezar as ameaças e as pressões e aprovar o novo sistema de governo.

Não bastassem essas pressões, o líder do PFL, o ultra-reacionário José Lourenço, ainda tentou uma manobra de última hora para evitar a derrota, pedindo a substitui-



Aldo Arantes, deputado federal PCdoB-GO

ção de 10 membros de seu partido, todos parlamentaristas, na Comissão de Sistematização. Mas ele foi prontamente rechaçado.

Enquanto os direitistas estavam unidos em torno da nomeação do presidencialismo, os setores progressistas que tradicionalmente se unem para enfrentar os direitistas dessa vez estavam divididos. O PCdoB, todos os progressistas do PMDB, o PSB e o PCB defendiam o parlamentarismo. Já o PDT foi um ferrenho defensor do presidencialismo, inclusive cedendo à direita uma emenda do constituinte Vivaldo Barbosa para tentar derrotar o parlamentarismo. O PT, embora sem muita ênfase, também votou com os presidencialistas.

Mesmo assim, apesar da divisão do campo progressista, a vitória foi obtida, na

maior mudança estrutural pela Constituinte.

Conquistado o parlamentarismo, a Comissão de Sistematização cuidou de ampliar esse avanço, derrubando a eleição indireta para presidente da República no segundo turno, que estava prevista no substitutivo de Bernardo Cabral, e aperfeiçoando o parlamentarismo que será implantado no Brasil. Com essas mudanças, o país passa a ter um novo regime de governo, moderno e progressista, que certamente ampliará a participação popular na condução dos destinos do país, controlará e diminuirá a influência dos militares na vida política e aumentará o grau de democracia existente no país.

No entanto, é necessário que o movimento popular e democrático se mobilize para garantir a manutenção dessas importantes conquistas nas votações em plenário da Constituinte. Os setores conservadores, de direita e reacionários, estão articulando um golpe contra a Constituinte com o objetivo de anular essas e outras conquistas já obtidas.

Evidentemente só a mobilização popular e a vigilância permanente criarão condições para a manutenção dessas vitórias. Os setores de direita querem impor à nação uma Constituinte que atenda aos interesses dos grandes grupos econômicos e ao Palácio do Planalto. Certamente, o parlamentarismo, proposta que amplia a democracia no país, é um dos principais alvos das forças reacionárias.

LEI DO ALUGUEL

Golpe contra o inquilino

O governo acaba de divulgar seu novo anteprojeto da Lei do Inquilinato, elaborado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos. Do ponto de vista de quem paga aluguel, é tão ruim quanto o que vinha sendo anunciado. Entre outras aberrações, traz de volta o instituto da chamada denúncia vazia ou despejo imotivado.

Saulo Ramos já havia dito que, agora, é a hora de beneficiar o proprietário de imóvel, argumentando que o inquilino já conta com demasiadas proteções legais. Seu anteprojeto se orienta por este raciocínio e, com efeito, procura bombardear com alguns dos direitos conquistados pelos inquilinos, constituindo um retrocesso em relação à legislação em vigor.

HIPOCRISIA

Insinuar que as famílias que residem em casas ou apartamentos alugados encontram-se em situação vantajosa aos proprietários, mesmo que do ponto de vista jurídico, é dar sinal de uma hipocrisia sem limites, especialmente quando se tem em vista o que ocorreu durante esses últimos anos, para ser mais exato durante o governo do senhor José Sarney, a quem serve o consultor Saulo Ramos.

Somente desde a instituição do Plano Cruzado, em março do ano passado, até junho deste ano, o valor dos aluguéis subiu mais de 1.300%, conforme o levantamento realizado pelo Dieese. Na cidade de São Paulo um pequeno apartamento com um quarto, sala, cozinha e banheiro é alugado

nesses dias por um valor mensal que oscila entre 10 a 15 mil cruzeiros. Em março desse ano o governo do senhor Sarney complicou ainda mais a situação para os inquilinos ao determinar que os reajustes fossem regulados pela OTN, que no primeiro semestre variou bem acima da inflação oficial. Como há um grande desequilíbrio entre oferta e procura de imóveis para alugar, os preços estão nas nuvens, as ações de despejos se multiplicaram, a vida do inquilino pouco ou nada se diferencia de um inferno.

DENÚNCIA VAZIA

O anteprojeto que o governo pretende enviar ao Congresso até o final deste ano põe ainda mais lenha na fogueira em que os inquilinos foram mergulhados. A denúncia vazia, que havia caído em 1979 depois de muita luta, é o que há de pior na proposta. Passaria a valer para as construções novas, com os proprietários podendo despejar os locatários sem a necessidade de apresentar nenhum motivo (a atual Lei do Inquilinato só permite despejo em casos especiais, como a venda ou comprovada necessidade de utilização da residência pelo próprio dono ou familiares próximos).

Além disto, dispõe no Artigo 4º que "o locador poderá requerer a revisão do aluguel após três anos de vigência do contrato". A revisão é sempre um motivo para o proprietário impor aumento do aluguel com base na realidade dos preços do

mercado. O prazo atual é de cinco anos.

O anteprojeto também mantém o atrelamento dos reajustes à OTN. Talvez para amenizar o impacto negativo junto aos inquilinos, o consultor Saulo Ramos anunciou uma ainda indefinida figura chamada "locação social", sujeito a algumas regras menos leoninas.

No caso das "locações sociais" os reajustes serão vinculados aos salários dos moradores, que ainda poderão abater do Imposto de Renda o total do valor pago pelos aluguéis. Em primeiro lugar, há que se observar que o anteprojeto subentende como inevitável o arrocho dos salários, que evoluiriam menos que a OTN, confissão que denuncia o caráter injusto da legislação que pretende impor.

Ao mesmo tempo, o caráter vago da noção "locação social" salta aos olhos. Com algumas raras exceções, quem mora na base do aluguel e não em casa própria o faz porque se encontra em situação social e financeira pouco folgada, de forma que a distinção que se quer fazer, arbitrada pelo governo, pode ser fonte de novas discriminações injustificadas. De todo modo, em qualquer caso é indefensável o estabelecimento de índices desiguais para o reajuste de salários e aluguéis. É mais do que evidente que este anteprojeto não serve aos interesses dos inquilinos.



Saulo Ramos quer aluguéis mais altos. Em SP já se cobra de Cr\$ 10 a Cr\$ 15 mil por três quartos



ZPEs

Paraíso de multinacionais

Agora é mesmo oficial. O ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco, divulgou o projeto de decreto-lei que cria as chamadas Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs), confirmando o que já havia anunciado anteriormente. Ou seja, ele pretende implantar verdadeiros paraísos fiscais para as multinacionais.

A atuação das empresas que se enquadrarem nessas áreas (das regiões Norte e Nordeste) estará voltada exclusivamente para exportações, com pequenas exceções. O governo garante a "isenção de todos os impostos federais em vigor ou que venham a ser criados", inclusive o IR, durante o período de autorização especial para o funcionamento da ZPE (10 anos).

PRIVILÉGIOS

As multinacionais também serão dispensadas do exame de similaridade (isto é, poderão importar máquinas, equipamentos e outros produtos mesmos existindo equivalentes nacionais de igual qualidade), bem como não precisarão de "qualquer autorização às operações de importação e exportação de bens e serviços", conforme dispõe o Artigo 3º.

O regime cambial é totalmente livre, sendo que "independentemente de qualquer visto ou autorização administrativa as transferências financeiras em geral para o exterior efetuadas por empresas sob o regime ZPE, bem assim como as realizadas do exterior para essas empresas e as efetuadas entre si por essas empresas". Da mesma forma, "as transferências ao exterior serão realizadas sem a obrigatoriedade de fechamento de contrato de câmbio e a manutenção de recursos no exterior, inclusive em contas correntes, independentemente de declarações ou outras formalidades".

A liberdade cambial torna-se, assim, absoluta e a transferência de lucros que essas empresas venham a auferir no Brasil para o exterior não fica limitada por nenhum tipo de controle. Um privilégio que

o próprio Mário Henrique Simonsen, ex-ministro da Fazenda e notório testa-de-ferro de multinacionais, considerou excessivo, já que inevitavelmente acarretará uma grande evasão de capital para países estrangeiros.

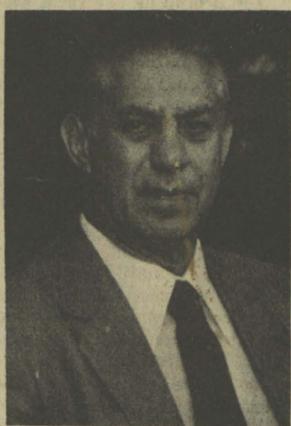
DÍVIDA EXTERNA

Tamanhos donativos desagradaram inclusive uma boa parcela da grande burguesia brasileira e mesmo empresas estrangeiras já instaladas no país e que hoje não desfrutam de tanta liberalidade. Particularmente aos setores voltados para o mercado externo, que temem ser submetidos a uma concorrência desleal.

A não ser pela retórica do governo (ele garante que tais zonas reduzirão os desequilíbrios regionais e promoverão o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país) nada de bom para os brasileiros pode advir desta iniciativa. Com efeito, é sabido que a transferência de tecnologia não é patrocinada pela simples implantação de uma ZPE, coisa que a experiência dos países asiáticos (Coreia, Singapura, Hong Kong) ensina fartamente. A tecnologia continua sob o domínio das multinacionais em seus respectivos países-sede.

Pouco ou nada também é o que se pode esperar no tocante ao desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste. O recrutamento de mão-de-obra local por essas empresas não é nada expressivo - e sempre se limita à força de trabalho desqualificado (ou com pequena qualificação) a salários baixíssimos. O mesmo se pode dizer sobre eventuais atividades indiretas que os empreendimentos nessas zonas de exportações podem gerar.

Muitos são, porém, os benefícios concedidos às multinacionais. E eles se explicam unicamente como concessões às pressões imperialistas, coisa, aliás, que o próprio ministro da Indústria e Comércio deixa implícito. "Este conjunto de medidas", diz o projeto de criação da ZPEs, "foi concebido para criar um clima mais propi-



Um bom ministro para as múltiplas

o a novos investimentos, especialmente o estrangeiro" (...) "A criação deste regime especial torna-se particularmente oportuna diante da imperiosa necessidade de ser revertido a preocupante queda dos investimentos, sobretudo naqueles de origem externa".

A vantagem anunciada por Castelo Branco consistirá na conversão de moedas estrangeiras para pagamento de produtos comprados pelas ZPEs no mercado interno, além da mão-de-obra local - é como se essas mercadorias fossem exportadas. A totalidade dos lucros será manipulada à vontade pelas empresas. O contrabando de bens dessas multinacionais para o mercado interno é outra distorção praticamente inevitável.

A concepção de que a iniciativa vai ajudar a preencher a carência de investimentos na economia brasileira é ilusória e revela a subordinação da política econômica do governo ao modelo dependente, amarrado pelos interesses imperialistas. É notório - e confirmado por estatísticas oficiais - que a queda dos investimentos ao longo dos últimos anos ocorreu em consequência do pagamento da dívida externa. A solução deste problema - fundamental para o crescimento econômico do país - exige, em primeiro lugar, o sobrelutação, que se ponha fim à sangria de recursos nacionais pelos banqueiros estrangeiros.

TRANSBRASIL

Um negócio de pai para filho

O governo resolveu socorrer a empresa Transbrasil Linhas Aéreas S.A. destinando-lhes Cr\$ 2,5 bilhões para cobrir os graves prejuízos que seus proprietários vêm acumulando nos últimos anos. Esta não é a primeira, mas a terceira vez que a empresa se beneficia de uma ajuda pública.

A operação de "salvamento" foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional com o voto de representantes da iniciativa privada como o presidente do grupo Pão de Açúcar, Afílio Diniz e o dirigente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antônio de Oliveira Santos.

É um episódio que ilustra bem o cinismo da grande burguesia brasileira, que vive a exigir o afastamento do Estado nas atividades econômicas

quando, evidentemente, isto é de seu imediato interesse. Quando se trata de explorar uma atividade ou empresa lucrativa, os próceres da iniciativa privada não têm dúvidas e logo bradam: "isso aí é com nós, exclusivamente. Não admitimos a interferência do governo".

No entanto, eles gostam de um capitalismo alheio a risco. Quando a decadente eficiência privada na gestão empresarial se revela pura incompetência e advém o prejuízo (como no caso da Transbrasil, que no seu último balanço contabilizou um prejuízo operacional de Cr\$ 700 milhões), esses senhores abandonam o que pareciam defender como questão de princípios (sobre liberdade de mercado e outras antiguidades do século passado). Passam a advogar a intervenção, ou

melhor, as benesses do Estado, que, por ser dirigido pela burguesia, cede, realizando o que já ficou pejorativamente conhecido como "operação hospital", o desvio - pois nada mais é do que isto - de recursos públicos para evitar a bancarrota de capitalistas.

Evidentemente que tais recursos, que saem dos bolsos de cada cidadão brasileiro - por isto são públicos - poderiam ter uma destinação mais nobre, como a construção de habitações, escolas, aumentos salariais para o funcionalismo público ou outras. É certo que a "operação hospital" também contribui para engordar o tão falado déficit público e, por outro lado, beneficia tão somente os proprietários da Transbrasil. Por isto, é vergonhosa e deve contar com o repúdio do povo.

DESAPARECIDOS

Famíliares protestam

Todos os anos, vésperas de finados, em frente à estátua de Tiradentes no antigo prédio da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, os familiares dos mortos e desaparecidos políticos do Brasil fazem um ato público de protesto e apelo às autoridades - que nada fazem - para atender aos pedidos dos familiares e amigos daqueles milhares de homens, mulheres, jovens e velhos, que lutaram com altivez contra o regime cruel dos generais.

Um grande número de opositores do regime militar está desaparecido, apesar dos processos que tramitam e dos pedidos insistentes para que seja conhecido o seu paradeiro, encaminhados ao governo Sarney. Os familiares exigem informações acerca do local em

que foram suplantados e a entrega de seus restos mortais, além do esclarecimento de como foram mortos. Dentre as pessoas que lutam por notícias de filhos e amigos desaparecidos estavam presentes à solenidade deste ano o senhor Edgard, pai de Elmo Correia e Maria Célia Correia; dona Elza Joana, mãe de Joel Vansconcelos, que foi vice-presidente da UBES, desaparecido; Elza Monnerat, uma das mais antigas militantes do PCdoB, que luta incansavelmente para que esta solenidade não deixe de acontecer e para que o povo se conscientize de que esta luta é de todos os brasileiros. Dezenas dos que tombaram estiveram na Guerrilha do Araguaia no Pará, inclusive o constituinte de 46, Maurício Grabois.



Graboís, constituinte em 1946

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Não ao falso radicalismo

De vez em quando aparecem certos elementos com a intenção de se mostrar muito radicais. Declaram pomposamente: "Eleição não adianta. Constituinte é mera ilusão. A disputa entre parlamentarismo e presidencialismo é briga de branco. Sou mesmo é pela revolução". Como tambores, fazem muito barulho mas são vazios.

ELO PRINCIPAL

A revolução não é um simples ato de vontade. Para uma transformação radical da sociedade, é imprescindível quebrar o aparato de opressão das classes dominantes. Isto implica que as massas trabalhadoras tenham conseguido elevar seu nível de consciência e de organização e acumulado forças suficientes. Esta acumulação se realiza através de inúmeras batalhas por objetivos menores, onde os oprimidos aprendem com a experiência prática.

Stálin chamava atenção para que os revolucionários procurassem em cada momento o elo principal, na cadeia de acontecimentos, que permitisse incorporar as grandes massas na luta política. Ou seja, as batalhas parciais que, em cada situação, permitissem abordar a revolução.

Mas "nossos" radicais ao invés de dar os passos concretos, preferem os discursos avançados. Se isto ao menos servisse para aliviar suas próprias consciências, talvez as bravatas pudessem ser desculpadas.

DEFESA DA LEGALIDADE

No momento, a grande batalha que junta, por um lado todas as forças mais empedernidas contra a revolução e, de outro, as correntes que buscam o progresso e a liberdade, é exatamente a questão da Constituinte. A burguesia, desesperada com as limitadas conquistas democráticas alcançadas na Comissão de Sistematização, trama uma manobra golpista com vistas a anular tudo que foi feito e até dissolver a Constituinte.

O elo principal que pode portanto apontar para a revolução é, neste instante, a defesa da legalidade democrática. Não com a ilusão de que através da Constituinte se realizem as mudanças revolucionárias. Mas tendo presente que a derrota da direita neste embate serve para unir e educar politicamente o povo.

Junto com esta questão, a pressão no sentido de completar a tal transição - que Sarney fez tudo para não cumprir - com a realização de eleições diretas em 1988, logo após a promulgação da Constituinte, pode servir para que se discuta entre os democratas uma alternativa de governo de acordo com as aspirações da maioria. Também esta bandeira não tem, em si mesma, nenhum conteúdo revolucionário. Mas na prática separa o povo de seus inimigos e contribui para golpear as forças da contra-revolução.

Diversos comícios pela diretas já foram realizados. E hoje, mais do que nunca, estão na ordem do dia. A realização destas manifestações, embora a quem do que o necessário, já serviu como pólo de atração de novas correntes democráticas e fator de desmascaramento do sr. Brizola. O caudilho gaúcho, diante do crescimento do movimento de massas, revelou-se como adversário das diretas - bandeira que ele repetiu por algum tempo com evidente propósito de promoção pessoal.

De tudo isto, fica mais uma vez provado que os simples apelos gerais só servem como cortina de fumaça para falsos revolucionários se esconderem. Os trabalhadores precisam ter bem claro os grandes objetivos e os rumos estratégicos a seguir. Mas sem traduzir este plano geral em tática para o que Lênin chamava de "malditos problemas do dia a dia", ficam impotentes diante das manobras dos poderosos.

(Rogério Lustosa)

Reflexos da revolução no operariado brasileiro

"Passemos agora à edificação da ordem socialista". Com esta frase, dita pelos bolcheviques quando tomaram o poder na Rússia, foi inaugurado um novo período na História dos povos. A Rússia dos czares, de bolsão da reação mundial, passou a ser a alavanca das transformações revolucionárias do mundo. Um exemplo para os milhões de proletários do Globo de como podiam ser superadas as condições em que viviam os trabalhadores. Inevitavelmente, a revolução exerceu forte influência também no jovem movimento operário brasileiro.

Apesar de pequena, a classe operária do Brasil percebeu a coincidência entre os seus anseios e a revolução que se processava na Rússia. Tanto na imprensa operária, quanto nas ações dos proletários eram evidentes os reflexos da revolução socialista, o que acabou redefinindo o perfil do movimento operário no país.

O movimento socialista internacional constatou, no início do século, que o mundo avançava para um conflito armado avassalador. A guerra imperialista, de rapina, caminhava a passos largos. Para se contrapor a esse quadro, o Congresso Internacional dos Socialistas, de 1912, aprovou a resolução condenando a guerra e, caso ela se concretizasse, conclamando os operários a transformá-la em guerra civil contra seus governos capitalistas. Assim, no meio à crise criada pela Primeira Guerra Mundial, a 7 de novembro de 1917 nasceu a República Soviética.

Na Primeira Guerra Mundial, o Brasil se aliou contra a Alemanha. Mas a Confederação Operária Brasileira (COB), num manifesto lançado em 1915, reproduziu o espírito da resolução socialista de 1912, e conclamou os operários à "paz entre nós e guerra ao senhor".

Neste período, o número de proletários no país superava os 200 mil, espalhados por mais de 13 mil empresas. Nossa classe operária já tateava os rastros da existência dos proletários de outros países.

As condições de trabalho eram péssimas. A média de vida do operário era de 25 anos, com jornadas de trabalho de até 12 horas diárias - inclusive para mulheres e crianças. Uma situação explosiva, que estourou na greve geral de 1917.

Nessa greve, as manifestações de rua atraíram milhares de operários, que carregavam bandeiras vermelhas e entoavam o hino dos explorados: A Internacional. A polícia reprimiu o movimento com violência.

Revolução aponta o fim da exploração

Em novembro, no Rio Grande do Sul, os ferroviários pararam o trabalho e promoveram ações de envergadura. Em Pernambuco, sob a direção da União dos Trabalhadores na Construção Civil de Recife, houve uma grande demonstração de força operária. Era assim, em ebulição, que os proletários brasileiros se encontravam quando ocorre a tomada

do poder pelos operários e camponeses na Rússia.

A Revolução Bolchevique mostrou a possibilidade concreta da destruição do regime de dominação burguesa, a eliminação da sociedade assalariada. Uma imensa chama a iluminar os corações dos revolucionários.

Em nosso país, as manifestações de 1º de Maio de 1918, ao lado das reivindicações de redução da jornada de trabalho, registram a saudação à Grande Revolução Socialista de Outubro.

Nesse ano, uma greve que eclodiu na Companhia de Cantareira e de Viação Fluminense, na capital da República, Rio de Janeiro, assume características insurrecionais. Os militantes revolucionários desencadearam a greve insurgente a partir do Rio, secundada por São Paulo e outros Estados onde houvessem organizações operárias.

O centro dos combates ocorreu no bairro fabril de São Cristóvão. O objetivo dos operários era tomar posse do material bélico do Exército. 500 operários, concentrados no campo de São Cristóvão, apoiariam o movimento diretamente, ancorados nas greves das fábricas e mobilizações de rua.

A análise da possibilidade de êxito do movimento sustentava-se em duas brechas que incomodavam as classes dominantes: a crise generalizada e a cisão no Exército e no seu seio. Teoricamente o aparato repressivo estava paralisado. A propaganda dirigida aos soldados das Forças Armadas foi grande. Os boletins tinham o objetivo de aprofundar a cisão e ganhar parcela dos soldados para a revolução. Alguns soldados que foram chamados para reprimir o movimento passaram para o lado dos manifestantes e morreram defendendo a revolução. Houve uma repressão geral, com prisões e deportações. Apesar disso, os tecelões, os metalúrgicos e parte da construção civil continuaram em greve. A insurreição era fruto das péssimas condições de trabalho da época.

As classes dominantes tiveram que ceder. O Centro Industrial propôs 56 horas semanais. Dois líderes da greve foram presos: José Oiticica e Astrojildo Pereira. A experiência da Revolução Bolchevique inspirou a vanguarda do proletariado brasileiro e fecundou sua experiência nas greves de 18/19, que abalaram o país e mostraram a força operária.

As greves de 17 e 18 não apenas



refletiam a influência da Revolução Russa no Brasil, mas também demonstram a incapacidade teórica, política e organizativa dos anarquistas, dirigentes do movimento operário na época.

Os anarquistas, apesar de sua firmeza e combatividade, não estavam preparados para a tomada do poder. Apesar de objetivamente abrirem-se perspectivas políticas mais abrangentes, a sua doutrina era limitada. A partir de 1906, com o Congresso Operário e a formação da COB, os anarco-sindicalistas assumiram a liderança do movimento operário. Eles estavam praticamente em todas as partes onde estourassem as revoltas operárias. Foram eles também os responsáveis pela formação de vários periódicos operários que orientavam os trabalhadores na luta.

Verificados os limites da doutrina anarquista, os vários militantes revolucionários, a partir de 1917, passaram a buscar novas formas de organização. Essas organizações já demonstravam o ardente desejo dos revolucionários se organizarem de forma mais bem estruturada.

No Rio Grande do Sul, em 1918, surge a Liga dos Comunistas de Livramento. No mesmo ano é organizado, em Passo Fundo, o Centro Comunista. Em 1919 surge a Organização Operária 1º de Maio, na cidade de Cruzeiro, interior de São Paulo. Em 1919 e 1920, os revolucionários pernambucanos se organizam em torno do Círculo de Estudos Marxistas. Em Maceió, no ano de 1917, surge a Sociedade dos Irreverentes. Em 1919, a Congregação Libertadora da Terra do Homem, no Ceará, organiza o Partido Socialista Cearense, que edita o periódico "O CEARÁ SOCIALISTA". Em 1920, com a sede localizada no Sindicato dos Produtos de Marcenaria, instala-se o Partido Socialista Baiano.

Todas estas formas de organização, sem ainda possuir um perfil marxista, culminaram com a realização, em 1919, nos dias 21, 22 e 23 de junho, um encontro para construir o Partido Comunista do Brasil. Desta reunião participaram 22 delegados, 17 brasileiros e 5 estrangeiros, de Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Em razão da repressão policial, a Conferência foi transferida e concluída em Niterói.

A Conferência aprovou uma moção ao proletariado russo: "O qual, a esta hora em luta aberta contra o Estado e o capitalismo, se empenha na imensa e fecunda batalha pela implantação do comunismo sobre a terra, tornando-a livre para o homem". "A Liga Comunista Feminina, liderada por Maria de Lourdes Nogueira, declarou-se solidária à formação do Partido Comunista do Brasil.

O programa aprovado na

Privada;

- Solidariedade dos povos; e o que confrontava diretamente as teses anarquistas, apoio à ditadura do proletariado.

Esta foi a primeira tentativa nacional de organização dos anarquistas. Através dela, de uma certa forma, deitaram-se as sementes para a organização, em 1922, do Partido Comunista do Brasil.

Conferência, sob o impacto e influência direta da Revolução Russa, propunha:

- Formação do Comissariado do Povo, através de um Conselho Geral;

- Luta por uma República Comunista;

- Abolição da Propriedade

Tentativa de greve no Rio

O ano de 1919 traz novos elementos para a luta operária no Brasil. No plano externo, a Revolução Russa se consolidava, eliminando os seus inimigos. Na Alemanha, em novembro de 1918, Karl Liebknecht proclamou a República Soviética de Berlim. Em novembro do mesmo ano foi proclamada a República da Baviera. Em março de 1919, Bela Kum toma o poder na Hungria criando a República Soviética naquele país. No plano interno, a crise social se aprofunda. Há 25% de tuberculose nas fábricas. O índice de mortalidade e acidentes dos menores que trabalhavam atinge a 30% das crianças.

Até o 1º de maio deste ano, já haviam ocorrido 37 greves. O centro das comemorações foram estes fatos, no Rio de Janeiro.

Se, na Europa, a revolução abalava alicerces do Velho Mundo, no Brasil a situação não era muito diferente. Ainda neste ano, a CGT francesa convocou uma greve para toda a Europa contra o cerco à URSS e à Hungria pelos países imperialistas. As Federações Operárias do Brasil se preparam para apoiar a greve. Este movimento assumiu uma proporção nacional, com paralizações em São Paulo, Rio de Janeiro, e outras capitais.

Surge ainda uma nova tentativa insurrecional a partir da greve geral de 1919. Ela irrompeu simultaneamente em São Paulo e Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul etc. A precipitação do movimento e a sua delação provocaram uma brutal repressão antecipada da polícia, abortando a insurreição.

Neste período o movimento sindical atingiu o máximo da sua curva ascendente. A cada vitória dos trabalhadores, porém, as classes dominantes recrudesciam a repressão. Demitiam, prendiam e deportavam. A partir dessa greve, os movimentos de ação direta, como o chamavam os anarquistas, entravam em declínio.

Com o aprofundamento da revolução na URSS e as divergências ocorridas entre bolcheviques e anarquistas, aprofunda-se também no Brasil as divergências entre os líderes operários. Os anarquistas não entendiam que as novas condições criadas no Brasil para um movimento revolucionário impunham novas formas de luta e organização. Ficaram presos ao passado, vivendo de recordações e sonhos impossíveis de serem realizados. Outros, tendo à frente Astrojildo Pereira, fizeram a opção pela organização de um verdadeiro partido revolucionário, que seguisse a orientação da III Internacional, formada em 1919. A nova etapa exigia um partido centralizado, com centro único de direção, para levar a classe operária à revolução. Este partido, anunciado na revista "Movimento Comunista", em janeiro de 1922, foi formado em 25 de março do mesmo ano, constituindo-se como a vanguarda revolucionária, o Partido Comunista do Brasil.

São indelévels as marcas deixadas pela Revolução Russa no movimento operário brasileiro. O seu ponto alto foi a organização do partido no país. Mas seus ecos se farão ouvir enquanto existir e sobreviver a sociedade capitalista e o Estado burguês.



Com bandeiras vermelhas, multidão acompanha o enterro de um operário morto pela repressão na greve de 1917

DE OLHO NO LANCE

Sabotagem burguesa

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, José Aquino Porto, está recomendando aos patrões que demitam o maior número possível de funcionários, antes da promulgação da nova Constituição. A burguesia pretende "prevenir-se", dessa maneira, contra a proibição de demissões imotivadas, já aprovada pela Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte.

Assim como, em 1935, a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), posicionou-se contra a lei de férias, pois os operários ficariam "ociosos" e "expostos aos vícios", os burgueses de hoje valem-se de argumentos os mais obtusos para impedir a garantia de direitos àqueles a quem explora.

Ao mesmo tempo em que sabotam a lei da estabilidade, antes mesmo de ela entrar em vigor, aumentam seu poder de pressão sobre a Constituinte: os latifundiários da UDR e da Confederação Nacional da Agricultura, uniram-se, na semana passada, aos burgueses da Confederação Nacional da Indústria, e Confederação Nacional do Comércio para criar uma dita "Frente Nacional pela Livre Iniciativa".



CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

BANCÁRIOS DA BAHIA

Anticomunismo saiu derrotado

Foi a vitória da garra, da unidade e do sindicalismo de luta. Com 1.272 votos de vantagem sobre a principal concorrente, a Chapa 2 - "Unidos somos força" - venceu as eleições para a próxima diretoria do Sindicato dos Bancários da Bahia. O resultado foi comemorado com grande entusiasmo a partir das 11 horas da manhã de sexta-feira, dia 30 de outubro, assim que se encerrou a apuração dos votos.

Uma passeata, com um carro de som e dezenas de ativistas da Chapa 2, percorreu o centro comercial de Salvador anunciando a vitória e recebendo emocionantes demonstrações de solidariedade durante toda a tarde. Vários bancários deixaram seu posto de trabalho nas agências para abraçar os futuros diretores do sindicato na rua. Álvaro Gomes, de 29 anos, atual secretário-geral da entidade, funcionário do Bradesco e destacada liderança da categoria, é o novo presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Bahia.

DUAS CONCEPÇÕES

Foi uma eleição arduamente disputada. A Chapa 2, liderada por nove dos atuais diretores do sindicato que abriram um processo de dissidência com o presidente da entidade desde a preparação do 1 Congresso Estadual dos Bancários, reali-



A Chapa 2, "Unidos somos força", demonstrou sua forte representatividade na base

zando em junho passado, formou-se em convenção democrática, amplamente convocada. Nesse evento foram eleitos para compor a chapa, além dos diretores dissidentes, vários delegados sindicais e ativistas que se destacaram nas lutas dos principais bancos do

Estado. A chapa uniu a CGT e a CUT baianas e recebeu o apoio do PCdoB, do PT e dos dirigentes dos mais expressivos sindicatos e associações profissionais da Bahia. A chapa conquistou 4.621 votos e só perdeu em seis das 20 urnas.

A Chapa 1 liderada pelo presidente do atual sindicato, Beraldo Boaventura, formou-se em acordo de cúpula, com alguns dos diretores da entidade. Acabou controlada pelo PCB que destacou seus quadros de vários Estados para fazer a campanha eleitoral na Bahia. Ficou com 3.349 votos. E a Chapa 3, formada pela chamada ala "xiita" do PT, só marcou posição, sem comprometer o resultado eleitoral. Ficou com escassos 475 votos.

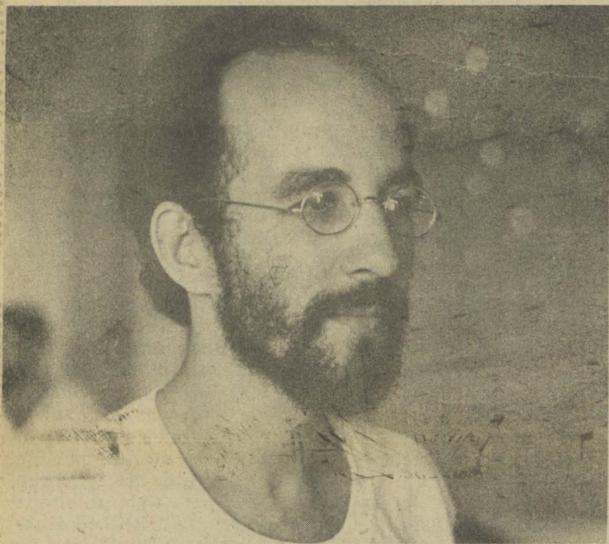
ANTICOMUNISMO PERDE

Durante todo o processo, travou-se na verdade, uma disputa entre duas concepções de sindicalismo e política. A Chapa 2 conclamou: "Bancário vota em quem sempre esteve à frente das lutas". Intitulou-se "A Chapa da unidade e luta dos

bancários". E afirmou: "Unidos somos força". Defendeu durante a campanha a concepção da organização do sindicato dentro dos bancos e destacou o caráter combativo da categoria - que hoje é reconhecida nacionalmente. Mostrou, com vários exemplos práticos, a contradição destas propostas com o imobilismo e os acordos de cúpula que marcaram a postura do atual presidente do sindicato.

Sem argumento para combater uma chapa formada democraticamente em convenção, a Chapa 1 caiu, desde os primeiros momentos da campanha, no discurso anticomunista. "É a chapa do PCdoB", dizia em suas peças, referindo-se à reconhecida - e respeitada - militância de alguns membros da Chapa 2 no Partido Comunista do Brasil. Manteve esta linha até o final da campanha.

Seguramente nesse ponto residiu o principal erro da Chapa 1. Ela tentou explorar um inexistente preconceito anticomunista (estranho para o PCB, que se diz comunista!).



Álvaro, o novo presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia

PCdoB

Seminário Sindical

Com a participação de mais de 40 dirigentes sindicais metalúrgicos de sete Estados, o PCdoB promoveu nos dias 31, 1 e 2 de novembro, em São Paulo, um Seminário Nacional para avaliar e discutir a ação dos comunistas nesta decisiva frente de batalha. Entre os presentes, diretores de sindicatos metalúrgicos de grande peso no cenário sindical, como do Rio de Janeiro, Bahia, Betim (MG) e Caxias do Sul (RS). Também participaram do evento membros de Comissões de Fábrica de grandes indústrias e alguns cipeiros (integrantes de Cipas).

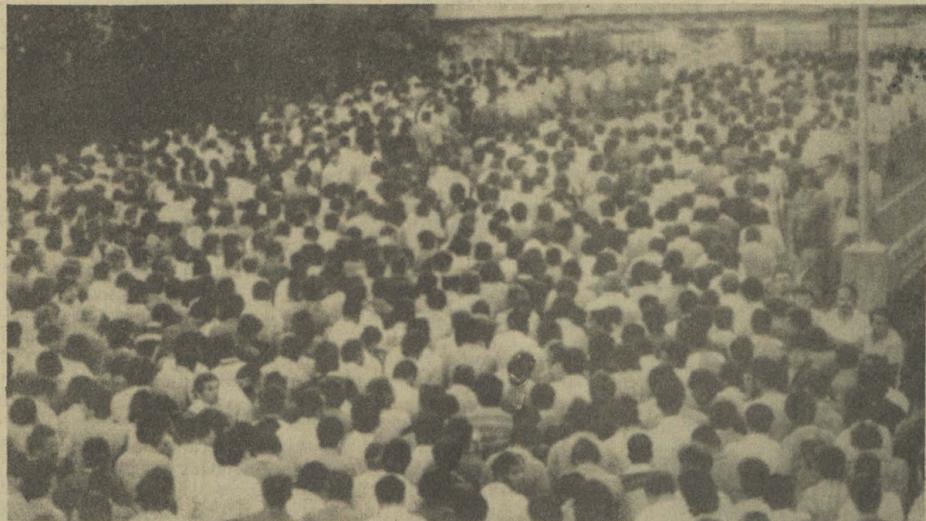
Durante os três dias, os participantes discutiram em profundidade a conjuntura nacional e a situação do movimento sindical brasileiro. Trocaram experiências sobre a dinamização dos sindicatos, organização nas empresas e problemas jurídicos e econômicos das negociações coletivas de trabalho. Uma mesa redonda com diretores de cinco sindicatos mostrou como se dá na prática a gestão de uma entidade classista.

ORGANIZAR A BASE

O seminário serviu para

constatar o avanço dos comunistas no meio operário e sindical. Recentemente o partido participou de três chapas vitoriosas em sindicatos expressivos (Betim, Caxias e Rio de Janeiro). O evento também analisou as debilidades do sindicalismo brasileiro em seu conjunto, como a pouca representatividade, fraco enraizamento na base e a divisão das centrais (CGT e CUT). Para superar essas fragilidades, os comunistas destacaram a necessidade de priorizar o trabalho de organização nas empresas. Experiências de comissões de fábrica e Cipas atuantes foram estudadas e apontadas como forma de reverter esse quadro.

Na avaliação de Ronald Freitas, membro da Direção Nacional do PCdoB, o seminário foi extremamente positivo. "Ele pegou no breu da ação sindical cotidiana. Foi uma rica e democrática troca de opiniões e indicou alguns caminhos para fortalecer os sindicatos e a ação dos comunistas. A partir desse encontro, os dirigentes sindicais e metalúrgicos comunistas estão mais municiados na sua militância".



Após aprovar em assembleia a assinatura do acordo, metalúrgicos da Volks retornaram ao trabalho

GREVE NA VOLKS E FORD

Autolatina volta atrás

Após 14 dias de paralisação, a Volks e a Ford de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, voltaram a funcionar na manhã do último dia 3. A Autolatina ("holding" que administra as duas multinacionais no Brasil e Argentina) deu um passo atrás diante da persistência dos 40 mil metalúrgicos grevistas. Ela, que durante quase uma semana se recusou a negociar, concordou em melhorar sua contraproposta de reajuste.

Pelo acordo firmado, os trabalhadores receberão uma antecipação salarial de 17% e um abono de Cr\$ 6 mil a ser pago no próximo dia 10. No total, o reajuste será de 31,69% sobre os salários de setembro, incluindo os 12,78% que as montadoras haviam proposto anteriormente a título de antecipação da UR (Unidade de Referência de Preço) de outubro e de novembro, mais o resíduo inflacionário.

"LEVANTOU A CABEÇA"

Na avaliação da diretoria do

Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, o principal saldo da greve foi político. No terreno econômico, o resultado ficou aquém do reivindicado - os grevistas exigiam 65% de aumento. "Não era o que queríamos, mas analisando todo o pacote da contraproposta da Autolatina e a conjuntura econômica do país, os trabalhadores decidiram em assembleias que era o momento de voltar ao trabalho", explica Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da entidade.

Para ele, o êxito no terreno político-sindical foi mais significativo. Além de mostrar que os operários não aceitam o arrocho salarial imposto pelo Plano Bresser, "serviu para levantar a cabeça do movimento sindical" - afirma. Outra consequência da paralisação na Autolatina é o estímulo ao restante da categoria para lutar pela reposição salarial. O sindicato pretende investir mais nos contatos com a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) para promover

negociações de emergência para as demais empresas da região.

CONDUTA AUTORITÁRIA

Com o controle do processo eleitoral, o presidente do sindicato e candidato da Chapa 1 usou e abusou deste poder que lhe confere a autoridade legislativa sindical em vigor. Manipulou listas de votantes que somente às vésperas do pleito distribuiu às chapas concorrentes. Recusou-se a um acordo para apurar os votos no primeiro escrutínio, obrigando a uma desgastante segunda votação em plena campanha salarial da categoria. Desrespeitou roteiros de urna previamente combinados beneficiando-se na votação. Cassou, arbitrariamente, o voto de milhares de bancários do interior baiano - o que contribuiu para desgastá-lo ainda mais.

Beraldo Boaventura chegou ao cúmulo de recusar uma decisão judicial que garantia o voto do interior. Atualmente ele está sendo processado pela 7ª Vara da Justiça por descumprimento da decisão legal. Para completar, se articulou com os banqueiros, especialmente com Alencar Rossi, assessor da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). O conchavo com os patrões foi denunciado a tempo. Uma reunião sigilosa com Rossi foi descoberta.

UNIR A CATEGORIA

Passada a eleição, Álvaro Gomes, presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, entende que o momento é de reunificar a categoria que evidentemente se dividiu durante a campanha eleitoral. "O trabalho sindical - diz ele - será aberto a todos, inclusive aos que perderam a eleição e que serão conclamados a participar do sindicato".

(Pedro Augusto Pereira, da sucursal)

Protesto da Fetape

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape) divulgou nessa semana um documento condenando o governo Sarney por editar o decreto-lei 2.363 que extinguiu o Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Segundo o manifesto, que é assinado pelas diretorias da Fetape e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado, a medida governamental representa a impossibilidade da efetivação da reforma agrária e mostra que "o governo Sarney é a cara da UDR".

No próximo dia 11 será realizado um ato público no centro de Recife para pressionar o Palácio do Planalto a revogar o decreto. Preve-se a participação de mais de 5 mil lavradores de Pernambuco. Para José Rodrigues, presidente da Fetape, com a edição desse decreto "o governo Sarney resolveu tirar a máscara, desnudar-se por inteiro e assumir de vez sua posição contrária ao trabalhador rural e favorável as forças mais retrógradas da nação". Conforme explica, com o decreto, imposto de forma autoritária, o latifúndio fica intocado no país. "A desapropriação por interesse social somente ocorrerá para as propriedades inexploradas, definidas legalmente como reserva florestal, áreas imprecáveis e áreas aproveitáveis sem qualquer exploração", afirma o líder sindical.

A diretoria da Fetape também decidiu não mais participar da Comissão Agrária - órgão criado pelo governo. Segundo a entidade, os trabalhadores rurais já estão "cansados desse governo. As eleições diretas em 88 vão se tornando cada vez mais uma necessidade".

(da sucursal)

Greve no Banerj

A greve no Banerj (Banco do Estado do Rio de Janeiro), iniciada no último dia 28, continua a esbarrar na intransigência do governo. Os bancários reivindicam estabilidade no emprego de um ano. Temem que o processo de "saneamento" do Banerj, que se encontra sob intervenção do Banco Central, resulte em demissões em massa. Quanto a questão salarial, as partes caminham para um acordo - prevendo um reajuste de 44%.

Segundo as lideranças grevistas, a reivindicação da estabilidade encontra resistência porque vai contra o projeto governamental de privatizar os bancos estaduais. Nestes estabelecimentos os trabalhadores conquistaram vários direitos e possuem maior nível de organização interna. Devido a intransigência, o Banerj já deixou de arrecadar mais de Cr\$ 2,5 bilhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

(da sucursal)

Resoluções avançadas

O XIV Congresso Estadual de Professores do Mato Grosso do Sul, realizado entre os dias 23 e 25 de outubro na cidade de Paranaíba, contou com a ativa participação dos docentes e aprovou resoluções bastante avançadas. Segundo as lideranças da categoria, o evento constituiu-se num marco de luta dos professores. Além do congresso, os docentes encontram-se em greve desde 13 de outubro.

Entre as teses aprovadas, os professores se posicionaram pela suspensão do pagamento da dívida externa, eleições diretas em 88, fim do arrocho salarial. No terreno sindical, o congresso deliberou lutar pelo irrestrito direito de greve, sindicalização dos servidores públicos, autonomia e liberdade sindical e pela unicidade sindical. Na questão educacional, aprovou a luta por verbas públicas exclusivamente para as escolas do estado, eleições diretas para os diretores de escolas, aprovação imediata do Estatuto do Magistério.

(da sucursal)

Jornal paralisado

O jornal "Última Hora", um dos maiores do Rio de Janeiro, está em greve. Todas as atividades estão paralisadas desde o dia 2. O dono da empresa, Ary Carvalho, é considerado um "coveiro de jornais" por realizar péssimas administrações que culminam com desemprego e falências.

A crise do jornal teve lances dramáticos. A empresa vendeu as rotativas do "Última Hora" para o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso. Depois foi instalada uma política de desemprego, que, até o final de agosto, vitimou cerca de 40 trabalhadores - a maioria jornalistas. Diante das dispensas e da confusão reinante, os funcionários iniciaram a greve exigindo a revisão das demissões e uma nova política para a empresa. Numa postura arrogante, Ary Carvalho anunciou a demissão de mais 150 profissionais e a intenção de cerrar as portas do jornal.

Os grevistas entraram em contato com parlamentares, autoridades públicas e entidades democráticas. Na avaliação dos trabalhadores, o jornal é um órgão de interesse público e não pode morrer.

(da sucursal)



Líderes de vários Estados discutiram a ação nos sindicatos

DENÚNCIA

Exploração na CBCC

Recebemos dos trabalhadores da CBCC, fabricante de aços especiais do Rio de Janeiro, uma carta relatando as difíceis condições de trabalho na empresa:

"Gostaríamos de divulgar através deste jornal a exploração e as injustiças de que temos sido alvo na CBCC há bastante tempo. Alguns desses casos chegam às raias do absurdo, como por exemplo se obrigar uma seção inteira a trabalhar na sua folga apenas para agradar os chefes, sob ameaça de demissão coletiva. Estes fatos já chegaram ao conhecimento do presidente do sindicato, sr. Luciano Biazzutti, que por ser empregado da mesma firma, não se interessou em tomar providências para impedir os desmandos dos chefes e da gerência. Verificamos pela nossa experiência que a empresa se preocupa tão somente com o ritmo da produção dos fornos de carbureto e ferro silício, se divertindo à noite em grandes festas, com bebidas e bastante churrasco.

mos em troca míseros salários, punições, ameaças etc. Exemplo disso é o supervisor Aloísio Barbosa que trata os empregados na base do palavrão, como se estivesse falando com alguém de sua própria família. A gerência lhe propõe um certo tempo para a execução de um determinado serviço. Ele, querendo agradar, diz que pode fazer a tarefa em um terço do tempo anteriormente estipulado. Com isso, acaba ganhando uma comissão 'por fora', não se importando com as condições em que o trabalho será executado.

Trabalham na empresa operários capacitados com mais de dez anos de experiência, e mesmo assim são tratados como se fossem de terceira categoria, recebendo de 2,5 a 3 salários mínimos, para sustentar de seis a oito filhos, mais aluguel, luz, água etc. Temos colegas aqui ganhando três salários mínimos e quase às portas da aposentadoria! Pode?

Esse é o retrato de uma firma multinacional. E para agravar a situação, em vez de criar mais emprego, a empresa corta na linha de produção, aumenta o ritmo de trabalho, a exploração enquanto inventa empre-

gos fantasmas nos escritórios para agradar seus parentes e amigos mais chegados.

O operário aposentado ou que está para se aposentar, quando busca uma colocação para si ou para um parente seu é iludido com uma frase muito nossa conhecida: "— Não temos vaga". Quando acontece de aparecer uma oportunidade, o cidadão ou cidadã é obrigada a passar por uma batelada de exames rigorosíssimos, com exigência até de curso universitário para criar mais barreiras, enquanto os preferidos da gerência apenas apresentam sua carteira de trabalho e começam a trabalhar no dia seguinte. É por isso que precisamos esclarecer as pessoas que não têm conhecimento para que tenham uma visão mais realista do que é a CBCC. Há os que ficam fascinados em conseguir um emprego na multinacional, mas com o passar dos dias vão sentindo nojo das injustiças que são praticadas contra os operários. Ainda não temos condições de fazer uma greve geral, porque 80% dos empregados são antigos. Mas confiamos na organização e no apoio do Partido Comunista do Brasil para denunciar os exploradores e avançar em nossa consciência".



A revolta popular contra soldado PM

No último dia do mês de outubro, no início da tarde o soldado PM Aloísio Ferreira da Silva assassinou o lavrador Luís Gonzaga Travassos em frente à delegacia de Nova Timboteua (150 Km de Belém - PA). O trabalhador acabara de tentar recuperar alguns pertences (roupas e documentos) e certa quantia em dinheiro levados por policiais da casa de seu sobrinho acusado de ter roubado Cz\$ 18 mil de um comerciante. A morte do lavrador provocou a revolta dos habitantes da pequena cidade, que resolve-

ram tomar providências: mais de quinhentos trabalhadores indignados com a violência do crime realizaram uma passeata, invadiram a delegacia, depredaram o prédio (foto) e destruíram todo o arquivo, ateando fogo à papelada. O soldado que se encontrava de plantão, junto com o escrivão, fugiram. A multidão, então, soltou o único preso que lá se encontrava. Já o delegado Lúcio Pereira da Silva, considerou o ocorrido "um mero acidente".

MOVIMENTO DE MULHERES - PA

Juri condena discriminação

Reunindo quase trezentas mulheres no Palácio da Justiça, dia 31 de outubro, as entidades autônomas de mulheres promoveram um tribunal, quando foram julgados os crimes contra a mulher. No banco dos réus estavam a 'propriedade privada', o 'Estado' e as 'Leis'. O evento se deu em Belém, onde é crescente o número de agressões contra a mulher, ao lado da impunidade.

São vários os casos de assassinatos de esposas ou ex-esposas que cometeram crimes horripilantes e continuam sem julgamento, com processo abafado e respondendo em liberdade. Os movimentos de mulheres, representados pela União de Mulheres de Belém - UMB (o único com corrente emancipacionista), o MOPROM, ACF, AMPA, MMCC, CEDEMPA, com o apoio do Conselho Municipal dos Direitos da mulher resolveram realizar o Tribunal da Mulher, apresentando e julgando diversos casos de violência, ao mesmo tempo somar forças na luta pela eliminação de toda a forma de violência e discriminação contra a mulher. É objetivo do movimento ir mais fundo na questão, demonstrando que o homem não é um ser violento por natureza, mas que faz parte de todo um contexto social na atual sociedade capitalista, em que a propriedade privada, o Estado e as leis servem apenas a uma parcela minoritária da população, em detrimento da maioria trabalhadora, explorada e discriminada, a parcela que produz a riqueza, da qual a mulher faz parte em percentual cada vez mais elevado.

CAMPANHA CONTRA A VIOLÊNCIA

Esta atividade faz parte da campanha contra a violência sobre a mulher, coordenada



pelos movimentos de mulheres, tendo a participação no juri simulado da diretora da revista **Presença da Mulher**, Ana Maria Rochá no papel de juíza, tendo como advogados de defesa o dr. Américo Leal e Ida Celene, como advogados de acusação o dr. José Carlos Castro e Maria do Socorro Gomes (dirigente do Partido Comunista do Brasil). Como juradas, estiveram presentes as representantes das entidades autônomas, a presidente do CMDM, Maria Madalena Mendonça, a titular da delegacia da defesa da mulher de São Paulo, Rosemary Correa e a representante do CNDM, Nair Goulart. Foram também ouvidas as testemunhas de defesa e de acusação da 'propriedade privada', do 'estado' e das 'leis'.

mento da sentença todas as juradas condenaram os réus, com aplausos da platéia pela condenação.

SEMINÁRIO SOBRE A VIOLÊNCIA

Nos dias anteriores, 29 e 30 de outubro, realizou-se um seminário sobre a violência, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, tendo como temas: "Discriminação: suporte de violência contra a mulher", "Violência física e psicológica contra a mulher", "Violência no Trabalho" e "Perspectivas no combate à violência" apresentadas pelas expositoras: Zélia Amador, Rosemary Correa, Naracy Palmeira, Nair Goulart, Edna Castro, Ana Castro, Ana Maria Rocha, contando também com a participação das funcionárias públicas das diversas repartições estaduais e municipais, que intervieram ativamente em todos os debates.

(da sucursal)

A COTA DOS TRABALHADORES

Enquanto isso, nós funcionários que somos os primeiros responsáveis pela produção, dando o melhor de si, recebe-

LIVRO

A geração urbana em verso

Memórias da Geração Urbana é o livro de estréia do jornalista Cloves Geraldo, reunindo trabalhos seus escritos nos últimos vinte anos. O livro fala da geração urbana brasileira que nos anos 60 teve oportunidade de exercitar suas idéias políticas. O fez envolvendo-se na luta contra a ditadura e sofrendo influências dos movimentos sociais que ocorriam no resto do mundo.

Nestes trabalhos estão as passeatas estudantis, a guerra do Vietnã, a guerrilha urbana e rural, principalmente a do Araguaia. O autor, na forma de verso, conta também a luta dos posseiros e sem-terra brasileiros e avança para os tempos atuais, falando sobre a guerra civil no Líbano, a glasnost e o apartheid. Nos onze trabalhos reunidos no livro aparece também o problema do negro e da mulher.

É principalmente a mulher que predomina no livro, dividido em três partes: Memórias da Geração Urbana, Pra Lembrar os Esquecidos e Reflexões de um Alquimista Aprendiz. Em "A Empregada Matou a patroa e Não Foi Briga de Rivais" é usada a linguagem dos boletins policiais de ocorrência para retratar a história de uma empregada negra que mata a patroa devido aos

ciúmes desta. Havia um caso entre a jovem arrumadeira e o patrão.

Em outro trabalho - "Sem Razão Aparente" - é uma profunda reflexão sobre a estética feminina criada a partir dos veículos de comunicação. Um negro sente-se afastado do ser desejado devido à diferenças de cor e classe. Como não há possibilidade de se acabar com estas diferenças através do amor, o desfecho é trágico. É um poema em que alternam-se linguagens, num clima próximo aos dos filmes-noir.

Na primeira parte do livro o autor analisa as contradições

da geração urbana atual. "Civilização Computadorizada e Jeans Vermelho" fala do rock, de coca-cola, de poetas de mimeógrafo. E na última parte "Reflexões de um Alquimista Aprendiz" Cloves mostra sua indignação frente os problemas enfrentados pelos brasileiros hoje, inclusive aqueles que no dia a dia têm que apontar para a esperança.

Embora dividido em três partes, um personagem de "A Fábulas do Bom Sonhador" (o cineasta), dá uma unidade ao livro. Assim há uma integração entre os poemas. E ele pode ser lido como uma obra só em três capítulos.

O autor fala de sua época

Cloves Geraldo do Espírito Santo é jornalista e militante comunista. Antes de se iniciar na imprensa e cursar a Faculdade de Comunicação Cásper Líbero, em São Paulo, exerceu diversas profissões. Foi pintor de parede, contínuo, cobrador de ônibus, vendedor ambulante, trabalhou em escritório e cursou Contabilidade. Na imprensa paulista trabalhou no "Diário Popular", "Notícias Populares" e "Diário do Grande ABC". Hoje edita em Vitória, Espírito Santo, o jornal alternativo "Vida Vitória" e faz comentário no programa de rádio da emissora oficial, "A cidade se diverte".

Passou mais de dez anos tentando editar "Memórias da Geração Urbana", sem que as editoras aceitassem imprimi-lo. Finalmente este ano o autor resolveu publicá-lo com seus próprios recursos. Contou para isso com a contribuição de diversos amigos. Uns ajudaram-no a selecionar os trabalhos e outros fizeram a parte gráfica e editorial.

"Não se trata de um livro de memórias, na concepção tradicional", diz Cloves

Geraldo. "É mais um apinhado de situações vivenciadas pela geração urbana brasileira nos últimos 23 anos. Não se pretende avançar em análises ou mesmo fazer inventário de situações e fatos, apenas colocar algumas questões". Luiz Aparecido, amigo do autor, chamou estes trabalhos de proesias, por unir poesias propriamente ditas com prosa.

"Memórias da Geração Urbana" reúne trabalhos escritos nos últimos 20 anos. Alguns foram revisados outros reescritos totalmente como "Jeans Vermelho". "A Empregada Matou a Patroa e Não foi Briga de Rivais" foi reescrito diversas vezes até chegar à sua forma atual. Muitos poemas ficaram na gaveta para uma posterior edição.

No próximo dia 12 Cloves Geraldo estará em São Paulo para o lançamento de seu livro na Livraria Vitória (rua Bororós, 51, Bela Vista), a partir das 19:30 horas. Os que quiserem fazer pedidos pelo correio é só escrever para av. César Hilal, 1.415, Vitória, Espírito Santo. CEP 29000.

CLOVES GERALDO

MEMÓRIAS DA GERAÇÃO URBANA

"Memórias": poesia engajada

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011) Telex: 01132133 TLOBR

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: R. Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.

Faixa de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.

Itabuna: Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar -

Centro. Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatu: praça Otávio Bomfim, s/n. Altos, - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPIRITO SANTO - Cachoeiro do Itape-mirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.

GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: R. Grande, 921

Tribuna Operária

-Fone: 221-3444 - CEP 65000.

MATO GROSSO - Curitiba: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.

MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.

PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000.

PARÁIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.

PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Maranhão, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80.000. Londrina: R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.

PIAUI - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.455 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000.

PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigiário Batista, 236, CEP 54.500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 51000.

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiá, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigiário José Inácio, 687 - CEP 90000. Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: R. Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar - Caixa Postal 643 CEP 98700.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 822, 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amaran Peixoto, 370, sala 808 e Centros - CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Friburgo: Travessa da Ronato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26800. SANTA CATARINA - Florianópolis

Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antonio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817, 1º andar, sala 2 - CEP 18600. Campinas: R. Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: R. Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi. Composição, Pass-Top e Fotolito: Editora Editora Ltda. Fone: 35.9738 - Impressão: Cia. Gráfica, Fone: 815-4999 - São Paulo

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011) Telex: 01132133 TLOBR

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: R. Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.

Faixa de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.

Itabuna: Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar -

Centro. Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatu: praça Otávio Bomfim, s/n. Altos, - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPIRITO SANTO - Cachoeiro do Itape-mirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.

GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: R. Grande, 921

O massacre de Ipatinga (MG) 24 anos depois

A memória da classe operária e dos trabalhadores brasileiros nunca poderá esquecer e deixar de tirar as lições dos bárbaros acontecimentos do dia 7 de outubro de 1963 às portas da USIMINAS, grande empresa siderúrgica localizada em Ipatinga no Vale do Aço, em Minas Gerais, quando dezenas de operários foram assassinados pela Polícia Militar do Estado.

Vinte e quatro anos depois, os fatores que levaram ao assassinato destes operários pela PM devem merecer uma reflexão por parte de todos os que lutam pela democracia em nosso país. Particularmente por estarem, intimamente ligados ao golpe militar que se preparava então e que se desencadearia logo depois em abril de 64. Minas Gerais era governada, naquela época, por um dos cabeças civis desse golpe: Magalhães Pinto.

A situação do país, então, era marcada por grandes mobilizações populares tanto no campo, onde se destacavam as Ligas Camponesas, como nas cidades onde se desenvolviam grandes movimentos grevistas. O povo buscava mudanças em profundidade que pudessem de fato melhorar sua difícil condição de vida. Por outro lado, o capital estrangeiro, parte da burguesia brasileira aliada e os latifundiários resistiam às mudanças e arrastavam com isso o país a uma crise cada dia mais profunda. Em Governador Valadares, cidade próxima à Ipatinga, o combativo sindicato dos trabalhadores rurais dirigido por Chicão desenvolvia uma decidida e dura campanha contra os latifundiários, que expulsavam, a cada dia, mais camponeses para as periferias das cidades. (leia o texto abaixo).

Os operários, alvo freqüente das brutalidades policiais, transformaram um dos alojamentos onde moravam (o Santa Mônica - hoje bairro de Santa Mônica) em verdadeiro forte. Moravam ali cerca de 2 mil homens solteiros. Quando a cavalaria se aproximava nas entradas do alojamento, um operário, com uma corneta, dava um toque de alerta. "Ali a polícia não ousava ficar por muito tempo, pois grande parte dos operários possuía armas." Impotente, a polícia costumava desviar sua ira para um outro alojamento menor com cerca de 300 homens, logo abaixo, o Chigaco Blitz (nome derivado das costumeiras blitz). Ali davam busca, prendiam, espancavam.

No dia 6 de outubro, o 3º turno da Usiminas saía às 22 horas quando os operários foram barrados pela vigilância para a revista. Por ordem da empresa estavam impedindo que os trabalhadores passassem até mesmo com o litro de leite diário a que tinham direito

e que a maioria costumava levar para casa.

Cansados do trabalho estafante, revoltados com a demora, com o fato de serem tratados como ladrões e com a brutalidade dos vigilantes, a ira dos operários transbordou. O portão de saída foi aberto à força e passaram em massa subindo nos caminhões de transporte de pessoal e indo para suas casas e alojamentos.

O COMEÇO DA BATALHA

A cavalaria foi chamada às pressas. Os trabalhadores que foram encontrados ainda na portaria foram presos começando ali mesmo a sessão de espancamentos e depois encaminhados para o quartel do Regimento de Cavalaria (hoje canteiro de obras da UCGU-Usiminas) que ficava nas proximidades do escritório central da Usiminas.

Em seguida, a cavalaria partiu para o Santa Mônica para buscar os "desordeiros". A corneta tocou e o alojamento em péso se colocou em condições de lutar. Guarda-roupas, camas e outros móveis foram arrastados para as ruas formando barricadas. Depois de uma troca de tiros os policiais constatam a impossibilidade de invadir o alojamento e recuam. Dirigem-se então ao Chigaco Blitz, ali quebrando portas, janelas e espancando impiedosamente. Um operário ficou morto estendido de bruços dentro de um barracão. Todos os outros foram presos e submetidos a torturas ali mesmo na rua central do alojamento.

A "Verdade Impressa" do dia 16/10/63 fez as seguintes acusações: "A polícia, depois de quebrar os dormitórios do Santa Mônica prendeu 120 servidores da Usiminas e os levou em caminhões cedidos pela própria empresa, presos para o quartel da cavalaria, onde foram humilhados e pisoteados. Houve casos em que soldados urinaram nos servidores que estavam no quartel." Acrescentando: "O Dr. Gil Guatimozin (superintendente da empresa) teve conhecimento de tudo e nada fez para impedir esta humilhação..."

A REVOLTA INCONTIDA

Alta madrugada os operários são liberados do quartel. Na saída depredam o carro de Gil Guatimozin e dirigem-se para o Santa Mônica onde relatam os acontecimentos do

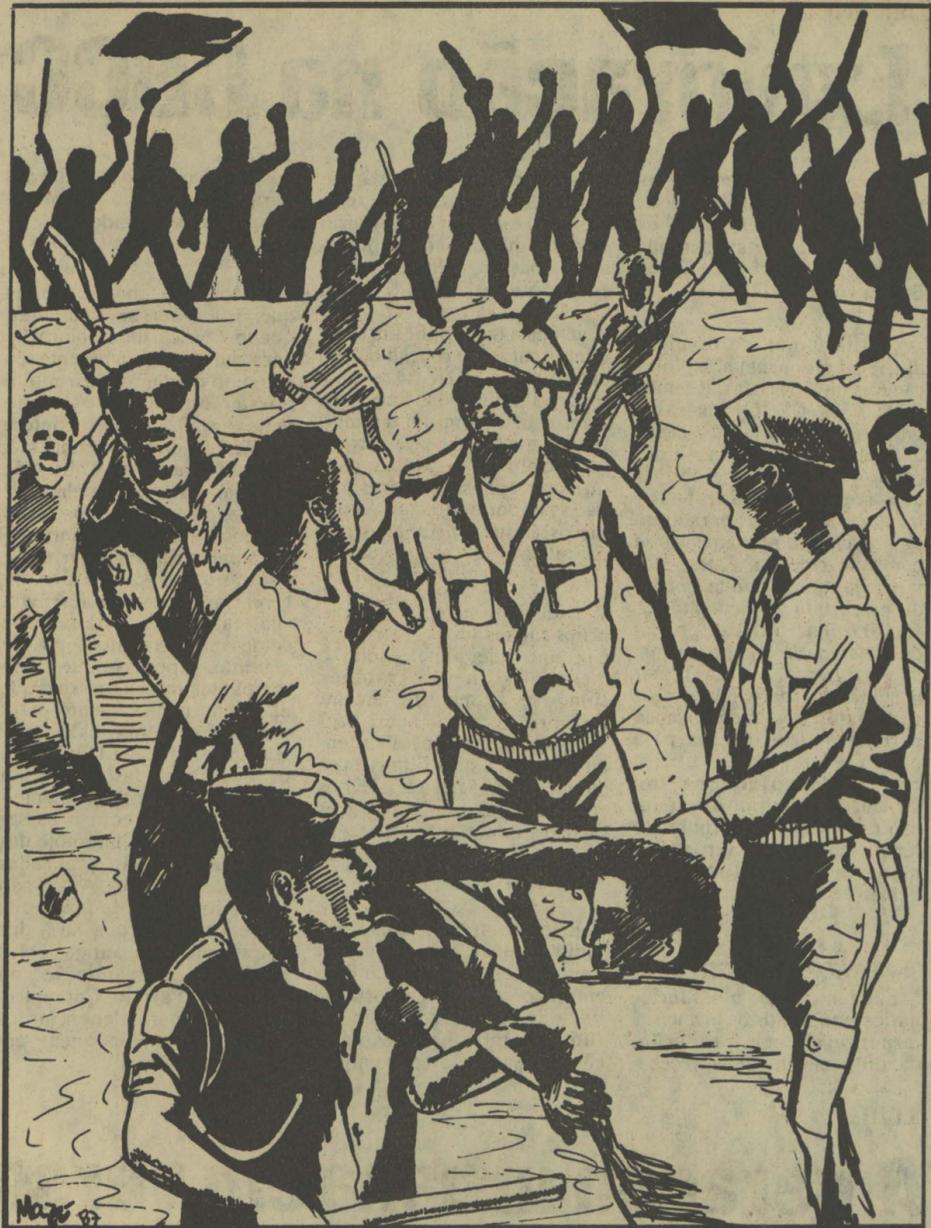
quartel aos companheiros. O conhecimento dos fatos revolta a todos. A decisão é uma só: greve geral.

As 5 horas da manhã do dia 7 os cerca de 2 mil operários do Santa Mônica e do Chigaco estavam postados em frente ao portão de entrada principal da usina. Explicavam a cada grupo de operários que chegavam para o trabalho, os acontecimentos da noite anterior. As 8 horas uma multidão de cerca de 10 mil trabalhadores, inclusive das empreiteiras, aglomerava-se na portaria. A polícia já havia chegado em um caminhão. O Tenente Jurandir Gomes de Carvalho ameaça atirar dizendo que tinha ordens para isso do Gov. Magalhães Pinto e de Gil Guatimozin se os operários não entrassem para o trabalho e é vaiado. A essa altura tentava-se um acordo numa sala do escritório central entre uma comissão de operários e alguns membros da diretoria da Usiminas e o capitão Robson Zamprogno, comandante da cavalaria. À certa altura o capitão passou um bilhete ao tenente Jurandir cujo conteúdo ninguém ficou sabendo.

SOLDADO CONFESSA

Os fatos seguintes tomaremos do depoimento de um ex-soldado expulso da PM após ter participado da chacina de 1963 e publicado no jornal "Em Tempo", nº 4 de 14 de agosto de 1978.

"Madrugada afora os soldados receberam cachaça com pólvora... Cachaça com pólvora deixa a gente com valentia e brava... Sei que era pólvora pelo cheiro. Soldado bebeu. E mandado não tem jeito. Ninguém também entendia nada do que estava acontecendo, então não fazia diferença. Sei que quando foi de manhã, lá na porta do escritório central da Usiminas tinha muito operário reunido. Era uma revolução, greve, essas coisas. Chegamos lá num caminhão, carregando uma metralhadora de tripé. Soldado tinha era revólver 45 e fuzil. O tenente Jurandir era o único que tinha granada, parece que duas. A gente é que carregava o caminhão e sabia tudo que tinha. Naquele tempo não tinha essas bombas de gás. Hoje em dia isso não vale nada. Era briga de morte. Lá naquela revolução dos operários da Usiminas, o que sei dizer, porque soldado comentou com soldado e foi muito comentado que o Gil Guatimozin é que mandou jogar a granada e abrir fogo em cima dos operários. Não posso garantir. Sei também que depois dos tiros vi mais de 30 operários mortos... Na hora de começar o tiroteio eu sabia que o meu chuteiro estava lá no meio daquela greve. A coisa toda começou quando o tenente Jurandir, de



cima do caminhão, deu ordem de fogo. De cima do caminhão atiraram a granada. A granada caiu perto de uma mulher grávida. Explodiu e partiu a mulher da barriga para cima. Furou ela, não separou não. Morreu na hora. Ai nós atiramos com fuzil e revólver 45. Os operários não deram tiros mas atiraram muitas pedras. Teve soldado machucado".

ASSASSINATO EM MASSA

"Em seguida, os soldados foram se retirando e atirando pelos caminhos, em direção ao morro Vista Alegre, um bairro distante do centro da cidade. Na fuga os soldados metralharam a garotinha Eliane Martins, de três meses de idade, que estava nos braços da mãe, Antonieta Martins, quando saíam de um consultório médico, junto ao escritório central. Eliane morreu na hora e sua mãe foi internada em estado grave. Várias outras pessoas foram sendo metralhadas pelo caminho. A ambulância que socorria os feridos também foi metralhada, o que nem em guerra acontece."

Também foi morto o fotógrafo amador José Isabel Nascimento, que nas horas de folga fazia, como bico, fotos para os companheiros. Chegou a bater um filme inteiro com sua kodak antes de se iniciar o tiroteio produzindo fotos inéditas do acontecimento. Quando começava a bater o segundo filme foi atingido morrendo dez dias depois na casa de Saúde Santa Terezinha.

Daniel Miranda Soares, que fez um dos melhores trabalhos sobre o assunto relata: "Foram mais de 3 mil feridos à bala e morreram 33 trabalhadores até o dia seguinte, em consequência dos ferimentos; embora as emissoras de rádio e os jornais dessem conta de 80 feridos e 7

mortos... Não se sabe ao certo o número de mortos, pois foram ocupados todos os hospitais da região e também fora da região muitos trabalhadores feridos que procuraram seus parentes em suas regiões de origem e foram enterrados por lá, mas é bem provável que se situe em torno de 100 o número de mortos pela chacina, segundo os próprios trabalhadores".

Após a fuga da polícia, os operários carregam o cadáver de um companheiro até o escritório central e o depositam em cima da mesa do engenheiro Gil Guatimozin, dizendo todos de uma só voz: "o senhor mandou matar, agora coma-o". O engenheiro superintendente saiu pelos fundos e fugiu pelo mata para não ser linchado.

"De volta os operários quebraram e incendiaram a guarita onde a confusão começou na noite anterior. Os vigilantes também desapareceram. A cidade agora está por conta da massa. Então uma multidão revoltada deixou o local da chacina e partiu para o centro da cidade onde quebraram a marretadas a cadeia pública, após soltarem os presos que lá estavam, e a queimaram..." "Durante três dias seguidos os

operários descarregariam suas

INQUÉRITOS VÃOS

sagradas revoltas..." Diante da comção que o massacre provocou na opinião pública, foram abertos dois inquéritos policiais: um civil e outro militar.

Os dirigentes da Usiminas, como o presidente Amaro Lanari Júnior (mais tarde dirigente da FIEMG), o vice-diretor de operações Luis Verano (mais tarde prefeito de B.H.) e o chefe de relações industriais Gil Guatimozin Junior foram isentados lançando-se a culpa nos vigilantes.

Até uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada então pela Assembléia Legislativa de Minas, ficou sem conclusão. E suas atas desapareceram misteriosamente dos arquivos.

A classe operária e os trabalhadores brasileiros, ao homenagear, nesta ocasião, como heróis da sua luta, os sete operários mortos reconhecidos oficialmente, não esquecerão jamais essa lição que a burguesia lhes deu: - as classes dominantes estarão sempre dispostas a fazer qualquer coisa, mesmo uma barbaridade, para manter o seu domínio. A violência dos exploradores será detida por uma força maior que a sua.

São fatos como o massacre de Ipatinga que abrem os olhos dos trabalhadores para a necessidade de se alcançar uma sociedade sem exploração, rumo ao socialismo. (da sucursal)

A Usiminas e a exploração dos operários

Com a implantação da Usiminas em 1958, Ipatinga tornou-se grande centro de atração provocando intensa migração, responsável pela mais alta taxa de crescimento de uma cidade no período de 1960 a 1970, ou seja 20% ao ano, passando de 7.551 habitantes. A região já havia iniciado um processo de radical transformação passando de uma situação de economia essencialmente rural e de subsistência para um modelo industrial e urbano, com o aparecimento em 1944 da ACESITA - Aços Especiais Itabira - no município vizinho de Timóteo.

A Usiminas viabilizou-se no governo de Juscelino Kubitschek como presidente da república, numa composição entre o capital japonês (40%) e capital nacional - (60% - 55% estatal e 5% de particulares) com uma série de isenções de impostos, pavimentação de rodovias,

planos de urbanização, etc. Mais tarde, em 1976, o Estado eleva sua participação de 55 para 80,1%.

A empresa faz parte de um complexo estatal do setor de insumos básicos para fornecer produtos e serviços básicos à economia de modo a viabilizar capitalisticamente as empresas privadas e ao sistema econômico como um todo. Assim, além da sua importância a nível do Estado a Usiminas é peça importante dentro da economia nacional. É, desde o início, uma "menina dos olhos" da grande burguesia, particularmente mineira.

A cidade de Ipatinga vai então sendo moldada de acordo com as exigências da fábrica.

A HIERARQUIA DAS CLASSES

É uma cidade esquadrejada. Seu plano, elaborado pelo arquiteto Rafael Hardy Filho

(apreciado e aprovado por Lúcio Costa), separa os bairros entre si e os hierarquiza procurando isolar os menos remunerados dos que ganhavam mais, dos chefes, dos engenheiros, dos técnicos e dos desqualificados. Essa divisão é marcante na cidade até hoje.

A usina se estenderia por 7 km2 e, em volta dela, entre os morros e, bem afastados um do outro, se localizavam os bairros. Dos 9 bairros construídos inicialmente, até meados da década de 60, 3 apenas para funcionários especializados, os outros para não especializados e 6 tipos de residências. Obedecendo à uma hierarquia de funções profissionais. Na mais alta escala, o bairro Castelo, no alto de um morro, com residências para chefes e engenheiros.

Nessa rápida descrição pode-se constatar que talvez

nenhuma cidade no Brasil espelhe de maneira tão clara a divisão de classes e segmentos sociais e a tentativa de estabelecer entraves à luta social.

Em meados de 63 Ipatinga contava com cerca de 40.000 habitantes, sendo que na Usiminas, contratados diretamente ou por empreiteiras, trabalhavam cerca de 12 a 15 mil operários. Desse total, apenas cerca de 8 mil eram fichados pela empresa como empregados. As condições de vida dos trabalhadores eram péssimas e a exploração grande como pode-se ver pelos dados publicados pelo jornal "Binômio", da região, de 14/10/63: "Dentro da previsão orçamentária para 64 a Usiminas podia conceder a partir de setembro, um aumento de 111%. Nenhum aumento foi dado". Constatava-se déficit e um desfalque de 1 bilhão de cruzeiros (à época). "A comida da Usiminas não

chega a ter mil calorias diárias, quando o necessário para o trabalhador braçal é superior a 2.500." E "a cooperativa da Companhia - embora não pagando impostos - vende mais caro que os armazéns particulares".

Quanto à habitação, "60% dos operários moram em barracas de madeira, onde se amontoam oito pessoas - cama tipo beliche - em cubículos de 3X3m, fazendo suas necessidades no mata".

DESEMPREGO GERA EXPLORAÇÃO

Por outro lado, com a forte migração, o índice de desemprego torna-se assustador e gera desajustes sociais inerentes: os roubos, os menores trombadinhas, a prostituição e a mendicância. Estes últimos quase todos ajudaram a construir a grande Usina Intendente Câmara (Usiminas). Pedem esmolas e vivem delas. Não

reclamam mas sentem orgulho de "terem ajudado a levantar essa potência".

As arbitrariedades são muitas, como atesta "Binômio": "os 150 vigilantes da usina revistam e dão busca nos funcionários - entrada e saída. Além da polícia particular, a Usiminas emprega soldados do destacamento local, que, à paisana e sem documentos, invadem os barracos, de dia e de noite, para prender os líderes sindicais. Lá, falar em sindicalismo é proibido. Um exemplo: o operário Matozinhos Ferreira Ramos, chapa 2.666, chefe de equipe demitido em 18/08/63, quase foi castrado - disseram que ele era tarado - por estar promovendo a sindicalização, além de querer a fundação da cooperativa própria dos operários." Mas, o verdadeiro terror em Ipatinga era a Cavalaria Montada da PM, com suas esporas barulhentas.